

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MILENA MARTINS DO NASCIMENTO

A MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA AMÉRICA LATINA:  
UM ESTUDO SOB AS VISÕES NEOSCHUMPETERIANA E NOVO  
INSTITUCIONALISTA

CURITIBA  
2023

MILENA MARTINS DO NASCIMENTO

A MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA AMÉRICA LATINA:  
UM ESTUDO SOB AS VISÕES NEOSCHUMPETERIANA E NOVO  
INSTITUCIONALISTA

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali

CURITIBA  
2023

## TERMO DE APROVAÇÃO

MILENA MARTINS DO NASCIMENTO

### A MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO SOB AS VISÕES NEOSCHUMPETERIANA E NOVO INSTITUCIONALISTA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

---

Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali

Orientador – Departamento de Economia, UFPR

---

Profa. Dra. Maríndia Brites

Departamento de Economia, UFPR

---

Prof. Dr. Wellington da Silva Pereira

Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 24 de novembro de 2023.

## AGRADECIMENTOS

Essa monografia representa a realização de um sonho e o encerramento de um ciclo muito importante para mim. Não foi fácil chegar até aqui, nem eu mesma acreditava poder estar na UFPR. E aqui estou eu, extremamente realizada por me tornar economista e fazer parte da história dessa instituição pública, de qualidade, que me permitiu alcançar esta grande conquista.

Com tantas experiências incríveis que tive ao longo desse tempo, agradeço a todos que me ajudaram a chegar até aqui: em primeiro lugar, aos meus pais, que tanto me incentivaram e nunca me permitiram desistir dos meus maiores sonhos, por mais que eles parecessem impossíveis. Com orgulho, hoje posso dizer que nossa família chegou à universidade pública, e com a nossa luta, muitos dos nossos ainda terão essa oportunidade.

Aos meus amigos do primeiro ano de faculdade, que foram meu apoio e minha alegria e que sempre estiveram comigo. As amigadas que fiz durante a pandemia, que muito colaboraram para que eu seguisse firme no meu propósito. Ao PET Economia, programa de ensino, pesquisa e extensão, que me possibilitou enxergar a graduação de forma mais ampla e que me deu senso crítico para pensar na construção de um futuro melhor. Às minhas amigas do trabalho, que acompanharam de perto todo o ciclo de conciliação do estudo com a rotina, por não me permitirem duvidar do meu potencial. A todos os servidores e funcionários que garantiram e garantem nossas refeições, livros, ambientes limpos e facilitam as burocracias do dia a dia. Aos meus professores, por todo suporte e aprendizados que levarei para a vida toda.

Também não posso deixar de agradecer meu orientador, Huáscar Pessali, por todas as conversas, incentivos, e por ter acreditado nas minhas ideias para desenvolver esse trabalho. Mais do que isso, por sempre me devolver o entusiasmo diante dos desafios, e por ser tão gentil e paciente com as minhas entregas.

Em último lugar, mas não menos importante, agradeço à educação. Nada disso seria possível se eu não tivesse a oportunidade de me desenvolver. A educação mudou a minha vida, assim como a vida de muitas outras pessoas, que passaram por aqui e ainda irão passar. E essa história está longe de acabar: ainda acredito que a educação possa me transformar, e muito mais do que isso, que nós podemos transformar o mundo através dela.

*"Eu celebro o ensino que permite transgressões - um movimento contra e além dos limites. É esse movimento que torna a educação a prática da liberdade."*

Bell Hooks

## RESUMO

O subdesenvolvimento é uma condição presente em muitos países ao redor do mundo. Caracteriza-se como o estado de uma economia com alta desigualdade de renda, ineficaz ao promover qualidade de vida à população. Com o advento da globalização, tal condição se acentuou, assim como os questionamentos a fim de compreender sua causa. Esta pesquisa versa sobre a teoria da Maldição dos Recursos Naturais (MRN), uma das interpretações elaboradas para explicar a ocorrência desse fenômeno nos países emergentes. A MRN defende que não há evidências de crescimento econômico sustentado para países que apresentam, estruturalmente, grandes quantidades de recursos naturais. Similar a esse argumento, Prebisch e Singer elaboram, nos anos 1950, a teoria da Deterioração dos Termos de Intercâmbio (DTI). Os autores defendem que as economias latinas, baseadas na especialização em *commodities*, precisam direcionar esforços para a industrialização, sendo este o caminho para a superação do subdesenvolvimento. No entanto, a literatura apresenta uma virada no início do século XXI, através de abordagens críticas que buscam compreender se os recursos naturais, de fato, são um obstáculo para o desenvolvimento econômico. O objetivo deste trabalho é analisar as principais contraposições da teoria da Maldição dos Recursos Naturais, de forma a compreender seus impactos para a América Latina. Através da revisão da literatura, identifica-se duas correntes do pensamento econômico que contribuem para essa perspectiva: a escola neoschumpeteriana e a escola novo institucionalista. Essa monografia conclui que a MRN é insuficiente para explicar o subdesenvolvimento, sendo o investimento em tecnologia e inovações, amparados por uma estrutura institucional, caminhos viáveis para sua superação. Dessa maneira, observa-se um entrave dos países latinos nesse aspecto, diante da baixa qualificação e dos obstáculos sociais encontrados para a melhoria de sua estrutura educacional.

Palavras-chave: Recursos Naturais; Desenvolvimento; América Latina; Instituições.

## **ABSTRACT**

Underdevelopment is a condition present in many countries around the world. It is characterized as the state of an economy with high income inequality, ineffective in promoting quality of life for the population. With the advent of globalization, this condition became more accentuated, as did the questions asked to understand its cause. This research deals with the theory of the Resource Curse, one of the interpretations designed to explain the occurrence of this phenomenon in emerging countries. The Resource Curse Thesis argues that there is no evidence of sustained economic growth for countries that structurally have large amounts of natural resources. Similar to this argument, Prebisch and Singer developed, in the 1950s, the Deterioration of Terms of Exchange (DTE) theory. The authors argue that Latin economies, based on specialization in commodities, need to direct efforts towards industrialization, which is the path to overcoming underdevelopment. However, the literature presents a turn at the beginning of the 21st century, through critical approaches that seek to understand whether natural resources, in fact, are an obstacle to economic development. The objective of this work is to analyze the main contradictions of the Resource Curse theory, in order to understand its impacts on Latin America. Through the literature review, two currents of economic thought that contribute to this perspective are identified: the neo-Schumpeterian school and the new institutionalist school. This monograph concludes that the Resource Curse Thesis is insufficient to explain underdevelopment, with investment in technology and innovations, supported by an institutional structure, being viable ways to overcome it. Thus, there is an obstacle in Latin countries in this aspect, given the low qualifications and social obstacles encountered in improving their educational structure.

**Keywords:** Natural Resources; Development; Latin America; Institutions.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1. OBJETIVOS .....	11
1.1.1. Objetivo geral.....	11
1.1.2. Objetivos específicos.....	11
1.2. METODOLOGIA .....	12
<b>2. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO SÉCULO XX.....</b>	<b>13</b>
2.1 A MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E SUAS CRÍTICAS .....	17
<b>3. A PERSPECTIVA NEOSCHUMPETERIANA .....</b>	<b>22</b>
<b>4. A INTERPRETAÇÃO NOVO INSTITUCIONALISTA .....</b>	<b>31</b>
4.1 A QUALIDADE DAS INSTITUIÇÕES E A MRN .....	32
4.1.1. Críticas e limitações.....	34
4.2 ANALISANDO TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO .....	37
<b>5 O PAPEL DOS ESFORÇOS DE APRENDIZAGEM .....</b>	<b>43</b>
5.1 OS DESAFIOS PARA A AMÉRICA LATINA.....	49
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico é o ciclo que possibilita a melhoria da qualidade de vida das pessoas pelo acesso aos mais variados bens e serviços, necessários a uma vida longa, próspera e saudável. Como define Sen (2000, p. 10) “[...] consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança”. Nesse aspecto, as instituições se conectam a ideia de Sen, já que possuem alta influência no comportamento dos indivíduos e no processo de desenvolvimento (Zulian, Feistel e Marin, 2014, p. 62).

Nota-se, há muito tempo, a desigualdade sistêmica entre países que detém a hegemonia política e ditam as regras do jogo, bem como as limitações enfrentadas por aqueles que não se desenvolvem. Nesse contexto, surgem os conceitos de países centrais e periféricos no capitalismo, divididos entre aqueles que avançaram pelo processo de industrialização e os que se mantinham atrasados nesse aspecto (Prebisch, 1949).

Segundo Furtado (1995) o subdesenvolvimento corresponde a insatisfação de “um conjunto de necessidades que uma comunidade considera prioritárias”, sendo o processo tardio de industrialização responsável por gerar obstáculos ao alcance dos benefícios da acumulação, resultando em baixa distribuição de renda. Em conformidade com essa definição, a exportação de *commodities* sem dinamismo produtivo é o que Prebisch (1949) e Singer (1950) defendem em sua teoria como explicação para o atraso dos países latinos no desenvolvimento econômico. Falta-lhes competitividade no comércio exterior diante das economias altamente dinâmicas e produtivas, o que reforça os efeitos negativos da deterioração dos termos de intercâmbio (DTI). Em contraste com o sucesso dos países industrializados, pontua-se a manutenção do caráter agroexportador como o grande obstáculo que contribui para seu subdesenvolvimento (Prebisch, 1949).

No mesmo sentido, as correntes teóricas sustentavam a ideia de que a industrialização era responsável pelo ganho de competitividade diante de um mundo globalizado. A Doença Holandesa, que descreve a desindustrialização após a exploração de gás natural na Holanda, reforça este paradigma, apontando um

caminho drástico para os países que mantiverem sua produção especializada em suas vantagens comparativas (Wasques e Trintin, 2018).

Nesse ínterim, a teoria da Maldição dos Recursos Naturais (MRN) surge em consonância com os argumentos sobre a realidade enfrentada pelos países latinos, especialmente por retratar países com alta dotação de recursos naturais. Auty (1993) descreve em seu estudo como a alta concentração de recursos impede a superação do subdesenvolvimento. Seria, então, a presença de recursos naturais, um fator limitador para o processo de *catching-up* dos países em atraso?

Anos mais tarde, tal teoria ganha novos pontos de vista ainda não explorados. Evidências empíricas surgem para questionar sua validade à medida que a relação negativa entre recursos naturais e crescimento econômico não é encontrada (Wright e Czelusta, 2002). Diversos autores debatem sobre a metodologia da MRN para entender se o caráter determinista presente – onde apenas deter recursos naturais gera a estagnação do desenvolvimento – comprova-se verdadeiro. Alguns exemplos de países desviantes da maldição causam inquietação sobre os reais motivos que mantém as economias em atraso. Nesse sentido, a literatura investiga as possíveis razões para a superação deste obstáculo.

As análises empíricas colocam em evidência o papel das instituições para o alcance do desenvolvimento, e como estas podem adquirir caracteres específicos e singulares, sejam estes continentais, nacionais ou regionais (Pamplona e Cacciamali, 2018). Neste momento, torna-se primordial questionar as particularidades que envolvem cada país, engendrando aspectos culturais, institucionais, políticos ou naturais.

Dessa maneira, analisa-se a teoria da Maldição dos Recursos Naturais através de uma abordagem não teleológica<sup>1</sup>, identificando a combinação de fatores que limitam e/ou permitem a sua causa. Além disso, expõe-se o debate sobre os diferentes efeitos observados nos países através das suas trajetórias de desenvolvimento. Nesse sentido, contrapõe-se o caráter generalista dado a teoria, em que os recursos, indefinidamente, apresentam efeitos negativos.

Entender as possibilidades que envolvem a superação do subdesenvolvimento, especialmente para a realidade da América Latina, é de importância fundamental para se pensar em modelos específicos de trajetória, assim como defendia o

---

<sup>1</sup> Segundo o Oxford Dictionary (2023): “eventos que têm como objetivo atingir um propósito”, também podendo ser interpretado como um evento que possui um único fim.

pensamento de Celso Furtado (Brandão, 2020). Somado a isso, compreender os potenciais dos recursos naturais para impulsionar o desenvolvimento amplia o debate para o surgimento de análises futuras.

Buscando compreender os avanços das interpretações para o fenômeno nos últimos anos, reúne-se seus principais pontos. No capítulo 1, aborda-se as principais teorias que moldaram o pensamento econômico até os mais recentes apontamentos. O capítulo 2 apresenta a interpretação neoschumpeteriana, uma das correntes de maior evidência na literatura recente. Em caráter de complementaridade e reforçando a visão neoschumpeteriana, no capítulo 3 discute-se o embasamento novo institucionalista<sup>2</sup>, também responsável por novos elementos no debate. No capítulo 4 evidencia-se o poder da educação como o ponto de convergência entre as teorias e ao final, as principais conclusões.

## 1.1. OBJETIVOS

### 1.1.1. Objetivo geral

Analisar a teoria da Maldição dos Recursos Naturais através de uma abordagem crítica, partindo de visões antagônicas sobre sua ocorrência. Sob o pressuposto acerca da condicionalidade desse fenômeno, identificar a combinação de fatores que limitam e/ou permitem a sua causa. Nesse objetivo, apresentar o que a literatura crítica menciona sobre os diferentes cenários observados nos países e nas suas trajetórias de desenvolvimento.

### 1.1.2. Objetivos específicos

- Explorar o debate da literatura responsável pelo surgimento da teoria;
- Elencar os principais avanços da literatura sobre o tema nos últimos anos;
- Investigar os argumentos que negam sua relação determinística;
- Abordar a problemática a partir da perspectiva de países em desenvolvimento na América Latina;

---

<sup>2</sup> A nomenclatura utilizada para definir os autores pertencentes a Nova Economia Institucional (NEI) corresponde a Conceição (2002).

- Analisar convergências entre as teorias que contribuíram para a crítica do debate;
- Realizar uma síntese sobre os principais motivos que são apontados como os verdadeiros limitadores do desenvolvimento.

## 1.2. METODOLOGIA

A metodologia para esse estudo envolve uma pesquisa empírica, de levantamento do tipo *survey* acerca da temática proposta, através da verificação do que a literatura recente discute sobre os efeitos dos recursos naturais no desenvolvimento. Para cumprir este objetivo, os meios utilizados nesta etapa correspondem a pesquisa e leitura de artigos acadêmicos e livros específicos sobre o tema.

A seleção do material encontrado foi separada em subtemas, como: América Latina, instituições, desenvolvimento, educação, Schumpeter, entre outras palavras-chave, identificando as diferentes visões que discorrem sobre o fenômeno.

A revisão da literatura se dá de maneira explicativa, conectando ideias que convergem para a análise proposta, identificando os principais argumentos que permeiam a discussão do tema analisado.

Através desse levantamento, espera-se obter suporte para os eixos de análise seguintes:

- Se há diferenças entre os recursos naturais, podendo gerar efeitos diferentes no desenvolvimento econômico (positivos ou negativos);
- Se há países com recursos naturais semelhantes, mas que apresentam resultados de trajetória diferentes, indicando outra causa de ocorrência para a maldição – se é que esta ocorre de fato.

## 2. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO SÉCULO XX

As transformações ocorridas ao longo do século XX carregam importância primordial para o avanço da ciência econômica, assim como as teorias presentes no campo do desenvolvimento. Através de uma perspectiva histórica, aborda-se os aspectos mais relevantes que envolvem seu estudo, de forma que seja possível compreender seus desdobramentos recentes.

Através do fenômeno de crescimento de longo prazo, o desenvolvimento relacionava-se ao crescimento da renda, enxergando-se nessa conexão, uma causalidade direta. Evidências empíricas anos mais tarde colocam o crescimento econômico como uma condição essencial para gerar o desenvolvimento, mas sem a capacidade de torná-lo efetivo. Como exprime Furtado (1983):

O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo em questão. (Furtado, 1983, p.78).

Schumpeter (1997), nesse sentido, define os dois fenômenos de forma distinta, para que se compreenda a essência que abriga o processo de desenvolvimento. Define-o como “[...] mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa”. (Schumpeter, 1997, p. 74). E crescimento econômico como “[...] o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza”. (Schumpeter, 1997, p. 74)

Com base em Furtado e Prebisch, o desenvolvimento econômico está associado a uma mudança estrutural, sendo este “uma transformação na relação e nas proporções internas do sistema econômico” (Queiroz, 2011, p. 146). Além dessa perspectiva, Queiroz (2011) descreve que Furtado:

Com o intuito de explicar melhor o conceito de desenvolvimento econômico e introdução de novas técnicas, Furtado recorre às ideias de Schumpeter, em que a ação criadora é o motor do progresso econômico. Segundo Schumpeter, o progresso técnico, traduzido pelas inovações, é o fator dinâmico do sistema, na qual a ação do empresário é capaz de transformar o processo produtivo. Apesar de Schumpeter já reconhecer que o desenvolvimento econômico não é apenas crescimento da população e da

riqueza, Furtado afirma que o autor fez apenas uma sutil distinção entre os termos, pois a ideia de desenvolvimento ainda era vaga em razão do fato de Schumpeter não ter colocado o empresário num contexto histórico. (Queiroz, 2011, p. 147).

No debate sobre desenvolvimento, um exemplo de iniciativa de caráter schumpeteriano pode ser visto através da Revolução Industrial. Por defini-lo como “a realização de novas combinações”, a introdução de um novo método de produção é considerada um deles (Schumpeter, 1997, p. 76). No final do século XIX, com o advento de máquinas a vapor e o início da produção de bens de consumo em massa, os países que obtiveram avanço tecnológico se beneficiaram de um progresso, de acordo com Hobsbawm (2011, p. 10) onde “nenhuma mudança na vida humana, desde a invenção da agricultura, da metalurgia e do surgimento das cidades do Neolítico, foi tão profunda”.

Como descreve Oliveira (2010) o debate entorno das questões sobre o desenvolvimento torna-se uma temática ainda mais relevante no período pós Segunda Guerra Mundial, marcado pela descolonização e as grandes transformações da política e da economia internacional. Há um reconhecimento notório sobre a divergência presente entre as economias centrais e os países periféricos no sistema capitalista (Prebisch, 1949).

Essas ideias adentram o pensamento econômico através da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), por seu principal expoente, Raúl Prebisch. Sendo responsável por elaborar a teoria sobre a relação centro-periferia nos anos 50, em seu artigo “*O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*”, Prebisch (1949) discorre uma longa crítica sobre a divisão internacional do trabalho. Tal fenômeno descreve como países mantêm-se como fornecedores de matérias primas, para que outros, industrializados, obtenham insumos para sua produção.

A teoria previa benefícios iguais para as economias, mas não se comprovou empiricamente. Tornou-se óbvia a diferença entre os países que produziam seus bens e os demais que forneciam, simplesmente, os insumos para suas atividades. Por consequência, Prebisch (1949) relata que os países industrializados angariaram melhores níveis de qualidade de vida, diferente de seus fornecedores.

Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a

população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização [...]. Existe, portanto, um desequilíbrio patente e, seja qual for sua explicação ou a maneira de justificá-lo, ele é um fato indubitável, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho. (Prebisch, 1949, p. 72).

Em suas contribuições para o debate, Prebisch (1949) discute a existência de uma condição estrutural que mantém os países latinos à margem do capitalismo. Tal condição gira em torno da especialização na exportação de bens primários, sem iniciativas de industrialização. Como justificativa para esse impasse, aponta a diferença de preços entre bens primários e industriais. A relação de comércio entre países periféricos e centrais faz com que a balança de pagamentos seja insustentável, dados os preços maiores dos bens importados. Dessa maneira, traz a exemplificação do fenômeno de Deterioração dos Termos de Troca (DTT), conhecida como a teoria Prebisch-Singer e descrita por Prebisch (1949):

A maioria dos países latino-americanos aumentou intensamente sua atividade econômica, encontrando-se num nível de emprego relativamente alto, se comparado com o anterior à guerra. Esse nível elevado de emprego também exige importações elevadas, seja de artigos de consumo, tanto imediato quanto duradouro, seja de matérias-primas e bens de capital. E, em muitos casos, as exportações mostram-se insuficientes para satisfazê-las. (Prebisch, 1949, p. 73).

Dessa maneira, um país fundamentalmente agroexportador tende a não acumular renda suficiente em relação a países que comercializam bens de maior valor agregado. Em outro trecho, Prebisch (1949, p. 80-81) reforça esse argumento, acrescentando a volatilidade de preços dos produtos primários, onde “[...] se os preços houvessem caído em consonância com o aumento da produtividade, a queda teria tido que ser menor nos produtos primários do que nos industrializados”. Exemplifica:

Os dados da realidade não justificam esse pressuposto [...] desde os anos 1870 até antes da Segunda Guerra Mundial a relação de preços moveu-se constantemente contra a produção primária. Nos anos 1930, só era possível comprar 63% dos produtos finais da indústria adquiríveis nos anos 1860 com a mesma quantidade de produtos primários [...] A relação de preços, portanto, moveu-se de forma adversa à periferia, ao contrário do que teria acontecido se os preços houvessem declinado de acordo com a redução de custos provocada pelo aumento da produtividade. (Prebisch, 1949, p. 82).

Nesse sentido, a etapa de industrialização passa a ser o caminho que vigora na visão cepalina como a saída necessária para superar o subdesenvolvimento. Prebisch, observando o contexto dos países agroexportadores, destaca a importância da industrialização com forte apoio estatal. Reconhece que tal processo não é um fim em si, mas um “único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas”. (Prebisch, 1949, p. 71)

Os autores que defendem a necessidade de industrialização para superar o subdesenvolvimento são conhecidos como estruturalistas ou desenvolvimentistas (Pamplona e Cacciamali, 2018). As produções acadêmicas a respeito do desenvolvimento recebem grande influência desta corrente de pensamento na época, com trabalhos que perpetuam e aprofundam o mesmo argumento. Entre os anos 1950 e 1970, após Prebisch, surgem colaborações de Kaldor (1978) e Hirschman (1958), por exemplo. Como exprimem Pamplona e Cacciamali (2018):

Há convicção entre estruturalistas cepalinos, e outros com influência keynesiana, como Hirschman e Kaldor, que a estrutura econômica – setorial – é o fator mais relevante para o desenvolvimento econômico. Argumentam esses autores que especialmente a indústria de transformação é superior às atividades intensivas em recursos naturais com relação às possibilidades de inovações tecnológicas, aos efeitos de encadeamento, à elasticidade-renda da demanda, ao *learning by doing*, à capacidade de absorver excesso de oferta de trabalho. Deve-se enfatizar que a convicção destes autores seminais é bastante apropriada para seu tempo, época de auge da relevância da produção manufatureira. (Pamplona e Cacciamali, 2018, p. 135).

Nos anos 1960, outra evidência reforça esse ideal estabelecido pelos autores – o fenômeno conhecido como Doença Holandesa. De acordo com Wasques e Trintin (2018), ela ocorre a partir da apreciação da moeda nacional resultante da elevação das exportações de recursos naturais. A descoberta de novos depósitos de gás natural na Holanda fez com que o país se especializasse na atividade de exploração, e com o passar do tempo, tivesse seu setor industrial enfraquecido, dado o aumento de seus preços para o comércio externo. Portanto, reacende o alerta sobre as nações que não desenvolvem estruturas industriais, e tornam-se altamente dependentes das atividades baseadas em recursos naturais: apreciação cambial e dependência do comércio internacional frente aos países com desenvolvida produção industrial. Com o advento dos dois choques do petróleo, por



volta dos anos 1973 e 1979, tais argumentações são reforçadas como causadoras de efeitos maléficos para as nações que não se protegerem desses impactos.

Segundo Rattner (1995), com o advento da globalização, observa-se uma transformação através das formas de organização econômica e social, por meio do consumo, da cultura e estilo de vida por todo o planeta. Em uma corrida silenciosa, alguns países despontam com taxas de crescimento e melhorias na qualidade de vida da população, enquanto os demais os acompanham no que parece ser um lento movimento de convergência. Segundo Galvão (2007):

[...] o crescimento ocorreu, nas últimas décadas, de forma extremamente desigual. [...] Fortes assimetrias de crescimento dominaram os cenários mundiais, com continentes, grandes regiões e países registrando desempenhos bastante díspares, alguns com performance excepcional, muitos com comportamento próximo do medíocre e outros até mesmo exibindo taxas negativas de expansão de seus PIBs per capita, por longos períodos de tempo. (Galvão, 2007, p. 69).

A Teoria do Desenvolvimento, nesse sentido, avança para a o estudo das assimetrias sociais entre os países durante seu processo de difusão tecnológica. De acordo com Furtado (1995), surge ao rejeitar uma interpretação simplificada para esse fenômeno. Dessa forma, alguns aspectos que diferenciavam os países bem-sucedidos dos atrasados foram trazidos ao centro do debate, o que ocorreu com a dotação de recursos naturais. É dessa maneira que inicia-se a discussão acerca da presença da Maldição dos Recursos Naturais como um entrave ao desenvolvimento.

## 2.1 A MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E SUAS CRÍTICAS

Por volta dos anos 1990, há a consolidação do debate em uma teoria denominada “A Maldição dos Recursos Naturais (MRN)” ou “Paradoxo da Abundância”. Aparece pela primeira vez em 1993 no trabalho de Richard M. Auty (1993), em seu livro intitulado “*Sustaining Development in Mineral Economies*”, referenciado em estudos poucos anos mais tarde – o mais conhecido deles, de Sachs e Warner (1997), denominado “*Natural resource abundance and economic growth*”. Essa análise tornou-se a principal evidência da relação negativa existente entre a dotação de recursos naturais e o desenvolvimento. Nesse trecho, Sachs e Warner (1997) refinam os argumentos centrais do fenômeno, que muito se assemelha a Doença Holandesa:

<sup>3</sup> Portanto, quando os recursos naturais são abundantes, a produção de bens transacionáveis concentra-se nos recursos naturais e não na indústria transformadora, e o capital e o trabalho que de outra forma poderiam ser utilizados na indústria transformadora são atraídos para o setor de bens não transacionáveis. Como consequência, quando uma economia experimenta um *boom* de recursos (seja uma melhoria dos termos de troca, ou uma descoberta de recursos), o setor industrial tende a encolher e o setor de bens não transacionáveis tende a expandir-se. (Sachs e Warner, 1997, p. 6, tradução nossa).

As principais conclusões trazidas pelos autores estão no modelo econométrico presente em seu estudo, que compila 95 países em desenvolvimento entre os anos de 1970 e 1990. Nele, Sachs e Warner destacam o desempenho abaixo do esperado para os países que possuíam alto volume de exportações no início dos anos 1970. Outros argumentos são considerados em sua análise, como o sucesso dos Tigres Asiáticos naquela época sem nenhuma vantagem comparativa do gênero, em contraponto a países ricos em petróleo, como Venezuela e Nigéria, que estavam em falência (Sachs e Warner, 1997).

Sachs e Warner (1997, p. 4) acrescentam as palavras de Jean Bodin sobre a relação contraintuitiva do paradoxo da abundância – “a riqueza fácil leva a preguiça”. Aponta que, a decisão de não investir em atividades econômicas diferentes é causada pela percepção da abundância como uma garantia de conforto. Por outro lado, os países que não possuem essas vantagens são mais encorajados a desbravar alternativas que garantam seu crescimento da renda. Dessa forma, isso explicaria, em caráter mais filosófico, o porquê de, mesmo com grandes vantagens comparativas, esses países se manterem atrás daqueles com maior desvantagem nesse aspecto.

A discussão produzida pela MRN enfatiza, em maior grau, os impactos potencialmente causados pelos recursos naturais como petróleo e minerais, como é o caso do trabalho de Auty (1993), sendo restritos os trabalhos que envolvam outros tipos de recursos. Apesar das evidências reforçarem uma relação negativa entre a alta dotação de recursos e os baixos níveis de crescimento econômico, o debate não se encerrou nesse contexto. Segundo Pamplona e Cacciamali (2018) no início do

---

Texto original: <sup>3</sup> Therefore, when natural resources are abundant, tradeables production is concentrated in natural resources rather than manufacturing, and capital and labor that otherwise might be employed in manufacturing are pulled into the non-traded goods sector. As a corollary, when an economy experiences a resource boom (either a terms-of-trade improvement, or a resource discovery), the manufacturing sector tends to shrink and the non-traded goods sector tends to expand.

século XXI, o crescimento de trabalhos na “*resource-curse literature*” apontaram evidências capazes de contrapor seus argumentos, com perspectivas relevantes para a sua continuidade.

Evidências de países com recursos que conseguiram bons resultados de desenvolvimento são as principais responsáveis por questionar o caráter determinístico da maldição. Wright e Czelusta (2002) citam exemplos de economias com grande quantidade de recursos minerais, como Estados Unidos, Chile e Noruega, que conseguiram bons resultados, o que desconfiguraria o caráter generalista da teoria. Para eles, o que mais importa para o processo de desenvolvimento, é como a aprendizagem pode determinar o potencial econômico de cada recurso.

A evolução das relações comerciais com o boom das *commodities* do início do século XXI também é um forte argumento que contradiz a MRN nos períodos recentes, fazendo com que a literatura sobre o tema crescesse exponencialmente (Pamplona e Cacciamali, 2018).

Pamplona e Cacciamali (2018), em seu trabalho semelhante ao estado da arte do paradoxo da abundância, separam três correntes do pensamento econômico que mais discutem o fenômeno. Em primeiro lugar, descrevem os estruturalistas, representados pelo pensamento de Prebisch e que acreditam na maldição. Em segundo lugar, elencam os neoschumpeterianos, que discordam veementemente dos primeiros, uma vez que consideram os recursos como propulsores do desenvolvimento através da inovação. E em terceiro lugar, os novos institucionalistas, que resgatam a importância das instituições em determinar a direção das trajetórias de desenvolvimento, especialmente ao garantir o funcionamento dos mercados. A respeito da divisão em apenas três correntes de pensamento, realçam que:

É necessário alertar que a demarcação do debate em apenas três abordagens nem sempre é suficientemente precisa para separar sem alguma sobreposição todos os diferentes autores. O que se procura é uma classificação que seja parcimoniosa e que acima de tudo auxilie no entendimento do debate. (Pamplona e Cacciamali, 2018, p. 132).

As perspectivas evolucionárias dessas correntes do pensamento apresentam outra forma de responder às inquietações teóricas, em uma linha argumentativa divergente do pensamento ortodoxo (Castelli e Conceição, 2020).

Como observa Schumpeter (1997) a abordagem estática dessa corrente não explica as mudanças nos meios de produção e o surgimento de inovações. Contrária a esta dinâmica, Castelli e Conceição (2020) definem a teoria evolucionária como aquela que detém preocupação com processos de mudança de longo prazo, sendo as escolas neoschumpeteriana e novo institucionalista pertencentes a esta abordagem. Definem que:

Cada uma delas possui seu próprio elemento-chave da mudança econômica e social, que funciona como uma espécie de genes que carregam em seu código as características que se confrontarão no processo de seleção evolucionária. Na teoria neoschumpeteriana esse elemento-chave é a mudança técnica e as rotinas das firmas, enquanto na escola institucionalista esses genes são as instituições e os hábitos dos indivíduos. (Castelli e Conceição, 2020, p. 5).

Dessa maneira, evidencia-se que, o entendimento dos entraves do subdesenvolvimento pode auxiliar nas ações necessárias à sua superação. As mudanças ocorridas no capitalismo global, através das inovações em tecnologia, o fenômeno de crescimento chinês e o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), são motivos para aprofundar o debate sobre diferentes perspectivas de desenvolvimento. Conforme realçam Pamplona e Cacciamali (2017) estimulam o estudo da abundância de recursos naturais para o desenvolvimento econômico dos países latinos:

O espaço para o surgimento de respostas a essas questões e o aparecimento de novas indagações no debate em torno do papel dos recursos naturais no desenvolvimento econômico da América Latina ampliou-se. A revelação desse papel é determinante na formulação de estratégias de desenvolvimento econômico dos países da região, sejam elas uma escolha plena, sejam elas uma escolha obtida por exclusão. (Pamplona e Cacciamali, 2017, p. 263).

A superação do subdesenvolvimento é fundamental para a melhoria da qualidade de vida nas nações que ainda o enfrentam. Por isso, tem-se a importância de pontuar as principais ações que auxiliem nesse objetivo. Com um novo contexto mundial de produção sendo formado através dos avanços tecnológicos, e levando em consideração o pensamento de Prebisch (1949) entende-se que:

[...] Nos países da América Latina, de um modo geral, vem-se procurando desenvolver, do lado de cá da fronteira, as mesmas indústrias existentes do lado de lá. Isso tende a diminuir a eficiência produtiva e conspira contra a

consecução do objetivo social buscado. Trata-se de uma falha muito grave, que o século XIX soube atenuar em muito. (Prebisch, 1949, p. 79).

A visão construída a partir de então colocam os recursos naturais como ferramentas com potencial de impulsionar atividades de aprendizagem, expandindo possibilidades ao longo da cadeia produtiva. Nesse sentido, Medeiros (2013) destaca que não basta tê-los em seu território como uma dádiva ou dotação, tornando-se necessário o investimento em capital e tecnologia para serem uma riqueza de fato. Desse modo, pode-se esperar que tenham relevância suficiente para uma posição ativa em prol do desenvolvimento econômico.

Pamplona e Cacciamali (2017) argumentam na mesma direção, especialmente quando reforçam as disparidades intrarregionais existentes entre as economias da América Latina. Essas diferenças não podem ser ignoradas, visto que a elas estão condicionadas as respostas sobre quais recursos naturais potencializam seu desenvolvimento e qual estratégia de inserção externa poderão oferecer.

Dessa maneira, procura-se entender, através dessas correntes, quais implicações estão relacionadas ao baixo desempenho econômico dos países que possuem recursos naturais. Nos próximos capítulos, segue uma exposição das principais interpretações trazidas por essas abordagens acerca do fenômeno. As motivações existentes, as evidências empíricas debatidas e as razões que justificam a presença do entrave ao desenvolvimento. Assim, busca-se compreender, para a realidade da América Latina, quais os desafios e oportunidades que surgem ao horizonte, e quais medidas levam ao aproveitamento dos recursos naturais nestes países em desenvolvimento.

### 3. A PERSPECTIVA NEOSCHUMPETERIANA

Os autores neoschumpeterianos mantêm a essência do pensamento de Schumpeter, onde o processo inovativo é o responsável por alterar as condições de produção existentes (Lopes, 2015). Como acrescenta Lopes (2015), eles também incorporam conceitos da biologia para explicar as transformações do sistema capitalista. Felipe (2017) apud Freeman (1995) descreve:

É inerente à teoria evolucionária neoschumpeteriana uma menor abstração da realidade. Apresentando uma metodologia que preconiza uma estreita ligação com a história, considera que compreender os contextos social, econômico, tecnológico e institucional, sua evolução e diferentes formas de interação é de fundamental importância para a explicação das trajetórias de um sistema econômico (Freeman, 1995). É sobre essa complexidade histórica e institucional que a escola tem se debruçado, a fim de tornar possível o entendimento dos caminhos trilhados e das possíveis trajetórias à frente. (Felipe, 2017, p. 11).

Conforme Lopes (2015) apresentam uma visão micro e macro da economia, onde na perspectiva micro, o crédito e o empreendedor são os responsáveis pelas mudanças que impulsionam o crescimento. Definem que, em um sistema de inúmeras firmas, a sobrevivência é condicionada a rotinas mais adequadas a se adaptarem ao mercado (Lopes, 2015). Junto com a inovação, são as responsáveis por garantir a lucratividade e a sobrevivência no sistema econômico. Nesse contexto, concluem que as firmas sempre estão em um processo de busca por aprendizagem e por modificação destas rotinas, como afirma Lopes (2015, p. 381): “As rotinas e inovações são, portanto, os determinantes da sobrevivência e sucesso das firmas no mercado porque estabelecem a forma predominante de fazer as coisas e como elas podem ser alteradas”.

Por outro lado, na perspectiva voltada para a dinâmica macro, o pensamento neoschumpeteriano se dedica ao entendimento das diferenças existentes no processo de desenvolvimento entre os países (Lopes, 2015). Dessa maneira, surgem autores expondo visões distintas para a MRN. Como salientam Pamplona e Cacciamali (2018, p. 146), não possuem uma interpretação única a respeito, porém “[...] há pelo menos um grupo relevante [...] que recentemente tem convergido em relação à questão dos recursos naturais e do desenvolvimento, trazendo novas hipóteses e evidências”.

Para os neochumpeterianos, segundo Pamplona e Cacciamali (2018) o que determina se os países com alta dotação de recursos se desenvolverão está atrelado a sua capacidade de promover mudança tecnológica, por meio de uma estrutura institucional que contribua para este fim. Ademais, compreendem que as economias que conseguiram utilizar seus recursos para tal garantiram um efeito de bênção, ao invés de maldição.

Esse argumento é descrito por Perez, Marin e Navas-Aleman (2014), a respeito do possível papel dinâmico dos recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento da América Latina. As autoras reconhecem que, anos atrás, os recursos não eram vistos como propulsores do desenvolvimento, mas que as mudanças institucionais recentes trouxeram novas possibilidades. As razões para a mudança dessa visão são apontadas através do advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), da globalização e da hiper segmentação dos mercados.

Perez, Marin e Navas-Aleman (2014) se conectam ao pensamento de Prebisch (1949) ao apontarem que as trajetórias de países bem-sucedidos em seus processos de desenvolvimento não podem ser copiadas pelos países atrasados. O sucesso dos Tigres Asiáticos, assim como o alto crescimento da China e da Índia, representa um alto desafio para os países latino-americanos. A superação do subdesenvolvimento, segundo elas, é alcançável. No entanto, é necessário encontrar uma lacuna para a implementação de uma estratégia tecnológica única para a superação do entrave.

Dada a dotação de recursos naturais nesses países, Perez, Marin e Navas-Aleman (2014) discorrem sobre a possibilidade de desenvolvimento através de indústrias baseadas em recursos e em processamento. Buscam compreender se tais atividades podem impulsionar esforços de inovação e servirem como plataforma para estratégias de desenvolvimento bem-sucedidas.

Elas concluem que há uma oportunidade para o crescimento de uma indústria dinâmica, baseada não apenas na exploração dos recursos, mas em atividades que estejam ligadas aos processos que antecedem e sucedem sua produção e extração, os chamados encadeamentos para trás e para frente (Perez, Marin e Navas-Aleman, 2014). Nesse sentido, traz-se um aspecto dinâmico e autossustentável para atividades que estejam interligadas aos recursos, tendo a

inovação como o ponto chave para que isso seja possível. A definição dessa estratégia é chamada de revolução tecnológica, como disserta Lopes (2015):

A revolução tecnológica está associada a uma série de inovações que se vinculam à utilização de um fator-chave, uma nova descoberta que revoluciona os métodos de produção. As novas tecnologias permitem o surgimento de novas indústrias ou fazem com que as indústrias antigas sejam redefinidas. Com novas indústrias e tecnologias, a infraestrutura acaba sendo modificada para dar conta das novas demandas produtivas. (Lopes, 2015, p. 382).

Revisando o debate trazido por Prebisch (1949) e Singer (1950) sobre a deterioração dos termos de troca, argumentam que a realidade enxergada pelos autores manteve-se coerente ao longo das décadas de 50 e 60. No entanto, o processo de globalização fez com que o menor custo de mão de obra e a maior produtividade das TICs baixassem o preço das manufaturas, enquanto recursos naturais subiram com o crescimento da demanda (Perez, Marin e Navas-Aleman, 2014). A incorporação de novos consumidores, mesmo com a elasticidade-renda da demanda baixa por produtos agrícolas, mantém em patamar de crescimento o volume de produção. Sobre a interpretação de Singer, destacam:

<sup>4</sup> O próprio Singer, no artigo de 1975, questionou alguns de seus pontos de vista anteriores em seu artigo de 1950, reconhecendo a natureza histórica de suas observações anteriores. No seu artigo mais recente, ele sustentou que o que importa não é tanto que tipo de mercadoria produzir – ou seja, manufaturas ou recursos naturais – mas sim quem desenvolve a tecnologia. (Perez, Marin e Navas-Aleman, 2014, p. 5, tradução nossa).

Outro ponto importante tratado pelas autoras diz respeito a visão dominante da dotação dos recursos naturais como maldição. Para Perez, Marin e Navas-Aleman (2014), falta sofisticação ao tratar o debate, especialmente quando se tem um dinamismo tecnológico relevante, por exemplo, na extração de petróleo. Enxerga-se um grande potencial de inovação nessa área, e esta, como a responsável pelo crescimento e desenvolvimento das nações que a possuem. A mudança tecnológica, aqui, é vista como a principal força motriz para o crescimento econômico, em conjunto com o dinamismo das indústrias e dos setores:

---

Texto original: <sup>4</sup> Singer himself in 1975 article questioned some of his earlier views in his article of 1950, recognizing the historical nature of his previous observations. In his more recent article he sustained that what matters is not so much which type of commodity to produce – i.e. manufactures or natural resources – but rather who develops the technology.



<sup>5</sup> A mudança na organização das empresas resultou na formação de redes complexas de colaboração ao longo das cadeias de valor, a nível local, nacional e global; entre grandes e pequenas empresas; entre empresas e universidades etc. A redistribuição geográfica da produção tem permitido a otimização global da localização em termos de vantagem relativa de cada uma das atividades componentes (sejam elas centrais, periféricas ou acessórias) de cada uma dessas redes, sejam elas lideradas por uma corporação global ou o resultado de associações. A mudança na forma como os mercados são definidos e segmentados está a proporcionar um espectro cada vez maior de oportunidades de orientação, posicionamento e reposicionamento estratégico, indo do segmento de produtos básicos a inúmeros nichos de mercado especializados, em todos os setores e produtos, seja na indústria transformadora, nos serviços ou no setor primário. (Perez, Marin e Navas-Aleman, 2014, p. 5, tradução nossa).

Além disso, o setor de serviços é o que apresenta maior dinamismo, aliando forças para a modernização das cadeias de produção dos recursos naturais (Perez, Marin e Navas-Aleman, 2014). Como exemplos, apresentam-se estratégias de melhorias qualitativas na produção, com tendências de cultivo de alimentos orgânicos, visando a saúde ou o uso consciente do meio ambiente. São destacadas crescentes oportunidades nos nichos de alta tecnologia, através das biociências, aprimoramento de produtos químicos, entre outros. Perez, Marin e Navas-Aleman (2014) no entanto, não diminuem o fato de que os recursos escolhidos precisam permitir tal dinâmica, e que nem todos eles conseguirão cumprir com esse objetivo, de modo que se torna necessário o mapeamento dos que melhor se enquadram.

As autoras também enfatizam a importância do arcabouço institucional para o funcionamento das redes de inovação, proporcionando as conexões necessárias e fazendo-as funcionar em benefício de todos os atores. As décadas de 1970 e 1980, para elas, marca a ineficiência da ponte entre pesquisa e produção, por conta da relação inconsistente entre empresas e universidades. Entretanto, Perez, Marin e Navas-Aleman (2014) reconhecem uma mudança benéfica neste cenário:

---

Texto original: <sup>5</sup> The changing organization of companies has resulted in the formation of complex networks of collaboration along value chains, locally, nationally and globally; between large and small firms; between business and universities, etc. The geographic redistribution of production has allowed the global optimization of location in terms of relative advantage of every one of the component activities (be they core, peripheral or accessory) of each of such networks, whether they are led by a global corporation or are the result of associations. The change in the way markets are defined and segmented is providing a widening spectrum of opportunities for strategic targeting, positioning and repositioning, going from the basic commodity segment to innumerable specialized niche markets, in every sector and product, be it in manufacturing, in services or in the primary sector.

<sup>6</sup> Mais recentemente, a experiência em muitos dos casos acima mencionados sugere que as pressões da concorrência na economia globalizada e as novas condições de acesso ao conhecimento internacional levaram as empresas a estabelecerem a ligação com as universidades. Agora é a produção que chega aos pesquisadores e solicita soluções. Existe agora um papel muito mais ativo dos produtores, não só na definição das suas necessidades, mas também no envolvimento direto na investigação. (Perez, Marin e Navas-Aleman, 2014, p. 9, tradução nossa).

E como grande oportunidade para se desenvolver em uma área pouco explorada, a nanotecnologia é apontada como o futuro para as inovações, através dos avanços em materiais, como catalisadores que economizam energia e reduzem a poluição, e outras criações que podem ajudar no manuseio e embalagem de produtos. É vista como uma janela para que os países latino-americanos possam se inserir antes de sua ascensão, originando a próxima revolução tecnológica. Perez, Marin e Navas-Aleman (2014) acrescentam, ainda, que as empresas estrangeiras, atualmente, não pretendem apenas explorar os mercados com suas filiais ao redor do mundo, como também, qualificar a mão de obra local e se estabelecerem no país sediado, descentralizando os esforços de pesquisa e desenvolvimento.

Apesar de todas as questões positivas apresentadas, as autoras não descartam os pontos negativos que ainda podem prevalecer através de uma estratégia voltada para o desenvolvimento através dos recursos naturais (Perez, Marin e Navas-Aleman, 2014). A doença holandesa ainda é considerada como um limitador, assim como a corrupção, além da volatilidade de preços advinda das commodities. Os conflitos de interesse são vistos como um obstáculo que sempre existirá, sendo esse, um grande desafio a ser superado. Mesmo com a presença desses impasses, não descartam as possibilidades diante do cenário global estabelecido:

<sup>7</sup> No entanto, apesar de todas as suas dificuldades, uma estratégia baseada no domínio dos recursos naturais na atual economia global pode ser uma

---

Texto original: <sup>6</sup> More recently the experience in many of the cases mentioned above suggests that the pressures of competition in the globalised economy and the new conditions of access to international knowledge have moved business to make the link with universities. It is now production that comes to researchers and requests solutions. There is now a much more active role of the producers, not only in defining their needs but also in engaging directly in research themselves.

Texto original: <sup>7</sup> Yet, for all its difficulties, a strategy based on mastering natural resources in the current global economy can be an alternative, once Asia has clearly become the manufacturing center of the world and an increasing source of demand for such resources. Most Latin American countries have a long history of natural resource production and exports, so there is already an accumulation of

alternativa, uma vez que a Ásia se tornou claramente o centro industrial do mundo e uma fonte crescente de procura de tais recursos. A maioria dos países latino-americanos tem uma longa história de produção e exportação de recursos naturais, portanto já existe um acúmulo de experiência e conhecimento nesses produtos tradicionais e nas indústrias de processamento a eles relacionadas. (Perez, Marin e Navas-Aleman, 2014, p. 22, tradução nossa).

Perez, Marin e Navas-Aleman (2014) também reforçam a importância de se aproveitar um espaço até então pouco explorado, como são as inovações através de P&D envolvendo recursos naturais. Há um potencial para a próxima revolução tecnológica, especialmente para os países latino-americanos. Apontam que as tendências atuais e futuras são favoráveis nesse sentido, expandindo as possibilidades existentes de inovação. Cabe ao governo, instituição principal nessa estrutura, orientar os esforços conjuntos necessários ao crescimento e desenvolvimento econômico, reafirmando a importância dos países latino-americanos em não ignorarem o que parece ser uma grande oportunidade o *catching-up*.

<sup>8</sup> Em termos de *catching-up*, a probabilidade de que os avanços que conduzam à próxima revolução tecnológica possam provir destas tecnologias é bastante elevada. A participação no seu desenvolvimento nestas fases iniciais poderia colocar os países latino-americanos numa boa posição para um grande salto a frente quando estas tecnologias se tornarem onipresentes, de baixo custo e de alto crescimento. (Perez, Marin e Navas-Aleman, 2014, p. 15, tradução nossa).

Em síntese, como evidenciam Pamplona e Cacciamali (2018), o que determina o sucesso de economias baseadas em recursos naturais são os esforços envolvidos em inovação, utilizando-os como base para a mudança estrutural. Há a necessidade de um aparato institucional plenamente estabelecido, que assegure a implementação de políticas que promovam tal inovação e sua difusão.

Na mesma perspectiva, Wright e Czelusta (2002) acreditam que há um equívoco associado à relação entre recursos naturais e desenvolvimento, ao não se levar em consideração as possibilidades de aprendizagem através do potencial

---

experience and expertise in those traditional products and in the processing industries connected with them.

Texto original: <sup>8</sup> In terms of catching-up in development, the likelihood that the breakthroughs leading to the next technological revolution may come from these technologies is quite high. Participating in their development in these early stages could place the Latin American countries in a good position for a major leap forward when these technologies become all-pervasive, low cost and high growth.

econômico destes. Wright e Czelusta (2004) ainda acrescentam o exemplo dos Estados Unidos de ampliação dos seus investimentos no setor de mineração por várias atividades da cadeia produtiva, e como essa estratégia possibilitou um desenvolvimento baseado em recursos naturais de maneira efetiva.

Pamplona e Cacciamali (2018) discorrem que:

Assim é a qualidade das interações, representada por um “arcabouço institucional capacitante”, que importa mais, e não a quantidade de transações. O determinante é a existência de um arcabouço institucional que apoie o surgimento de novos conhecimentos e competências que possam ser aplicadas em diferentes atividades produtivas. (Pamplona e Cacciamali, 2018, p. 150).

É evidente a importância dada pelo pensamento neoschumpeteriano à presença das instituições. Por meio da argumentação dos seus autores, entende-se que estas são as responsáveis por garantir os esforços de inovação necessários ao desenvolvimento. Segundo Felipe (2017, p. 1): “[...] Para Schumpeter, as instituições cumprem papel fundamental em que, num nível sistêmico, os diferentes elementos institucionais – cada um com sua lógica microeconômica – se conectam, interagem e fazem funcionar os mecanismos que impulsionam o capitalismo”.

Felipe (2017) descreve, ainda, que os neoschumpeterianos incorporam, assim como Schumpeter, o mercado organizado como uma instituição primordial para a expansão das atividades econômicas. Reconhece que, através das instituições, é possível encontrar algum tipo de regularidade, mesmo que esteja em meio a diversidade de estratégias e decisões presentes no ambiente econômico. Dessa maneira, descreve que:

As instituições são importantes porque significam a possibilidade de continuação do processo de reprodução material capitalista, mesmo permitindo a existência de desequilíbrio. Assim, mesmo que para os evolucionários as instituições não sejam escolhidas como objetos centrais de análise, constituem-se em elementos indissociáveis do processo dinâmico de crescimento, desenvolvimento e de mudança tecnológica. (Felipe, 2017, p. 11).

Para Felipe (2017, p. 13) a escola de pensamento neoschumpeteriana, apesar de atribuir extrema importância às instituições no processo de desenvolvimento econômico, não possuem uma definição única para tal: “[...] de forma geral, as instituições são definidas como regularidades de comportamento,

social e historicamente construídas, que moldam e ordenam as interações entre indivíduos e grupos de indivíduos, produzindo padrões relativamente estáveis e determinados na operação do sistema econômico”.

O autor evidencia duas interpretações trazidas por essa escola como exemplificações de ações institucionais: os Paradigmas Tecno Econômicos (PTE) e os Sistemas Nacionais de Inovação (SNI). Perez (2004) define PTE como:

<sup>9</sup> Este conjunto de inovações técnicas e organizacionais inter-relacionadas surge gradualmente como um modelo de melhores práticas ou - como o chamamos, um “paradigma tecno econômico” - capaz de orientar a difusão de cada revolução tecnológica específica. À medida que se espalha, este novo paradigma gradualmente se enraíza na consciência coletiva, substituindo as antigas ideias e tornando-se o novo “senso comum” de engenheiros, gestores e investidores para a prática produtiva mais eficiente e “moderna” em todos os níveis. (Perez, 2004, p. 12, tradução nossa).

Cassiolato e Lastres (2005) definem Sistemas Nacionais de Inovação como “um conjunto de instituições distintas que contribuem para o desenvolvimento da capacidade de inovação e aprendizado de um país, região, setor ou localidade - e também o afetam” (Cassiolato e Lastres, 2005, p. 37). Os classificam como elementos e relações presentes na produção, uso e difusão do conhecimento. Os autores reforçam o argumento:

A ideia básica do conceito de sistemas de inovação é que o desempenho inovativo depende não apenas do desempenho de empresas e organizações de ensino e pesquisa, mas também de como elas interagem entre si e com vários outros atores, e como as instituições - inclusive as políticas - afetam o desenvolvimento dos sistemas. Entende-se, deste modo, que os processos de inovação que ocorrem no âmbito da empresa são, em geral, gerados e sustentados por suas relações com outras empresas e organizações, ou seja, a inovação consiste em um fenômeno sistêmico e interativo, caracterizado por diferentes tipos de cooperação. (Cassiolato e Lastres, 2005, p. 37).

Também é evidenciado em Felipe (2017) a importância do arranjo institucional no aproveitamento das janelas de oportunidade, vistas em Perez, Marin e Navas-Aleman (2014), através do investimento em novas tecnologias. O autor

---

Texto original: <sup>9</sup> This set of interrelated technical and organizational innovations gradually comes together as a best practice model or - as we have called it, a "techno-economic paradigm" - capable of guiding the diffusion of each specific technological revolution. As it spreads, this new paradigm gradually takes root in collective consciousness, replacing the old ideas and becoming the new "common sense" of engineers, managers and investors for the most efficient and "modern" productive practice across the board.

aponta que este processo é mais complexo do que a absorção de tecnologias criadas por outros países, já que o primeiro, além de envolver um esforço unilateral e autônomo, também representa uma corrida contra o tempo. Mesmo assim, representam ganhos mais elevados, visto que a absorção de tecnologias já existentes promove a permanência da relação de dependência.

Felipe (2017) também reforça a importância das instituições nesse processo, de uma forma que possibilite sua construção, consolidação e legitimação. Para o autor, ao estabelecerem-se nesse sentido, dão suporte ao processo de diversificação tecnológica. Reconhece que, apenas em uma abordagem que detenha caráter evolucionário é possível enxergar o papel das instituições nesse contexto. (Felipe, 2017, p. 29).

Sintetizando a aproximação feita entre as ideias neoschumpeterianas com a escola institucionalista, Felipe (2017) descreve:

Além de os neoschumpeterianos terem resgatado e desenvolvido os conceitos e ideias fundadas por Schumpeter, também elaboraram várias teorias e conceitos que apontam para a ideia de que, cada estágio de evolução do capitalismo, deve exigir uma estrutura institucional específica que, fazendo funcionar as atividades econômicas, impulsiona os processos inovativos e, como consequência, a mudança tecnológica e, em última instância, provoca o próprio desenvolvimento econômico. (Felipe, 2017, p. 28).

Em síntese, os neoschumpeterianos se posicionam criticamente a teoria da Maldição dos Recursos Naturais. A perspectiva evolucionária trazida pela escola, portanto, adiciona o progresso tecnológico como indispensável para a superação do subdesenvolvimento na América Latina, sendo os recursos naturais protagonistas nesse propósito. Além disso, enxergam que as instituições, presentes no que denominam como Sistemas Nacionais de Inovação, são o elemento chave de direcionamento para estratégias bem-sucedidas de desenvolvimento. Sendo assim, o entendimento sobre a discussão que circunda as instituições, bem como os questionamentos que envolvem a teoria da MRN, tornam-se essenciais para complementar a visão crítica sobre o tema.

Elencam-se, a seguir, as interpretações da escola Institucionalista para o desenvolvimento baseado em recursos naturais. Espera-se compreender, portanto, qual o potencial enxergado para a mudança estrutural sob a influência dos recursos naturais e o impacto das tomadas de decisão buscando este objetivo.

#### 4. A INTERPRETAÇÃO NOVO INSTITUCIONALISTA

Os questionamentos acerca dos impactos da Maldição dos Recursos Naturais sobre o desenvolvimento também envolvem as instituições. Como destacam Pamplona e Cacciamali (2018), os autores alinhados à escola da Nova Economia Institucional (NEI) são os que mais apresentam trabalhos relacionados ao tema.

A Nova Economia Institucional surge com base nos escritos de Douglass North, tendo em sua contribuição importante relevância para a Economia do Desenvolvimento (Pamplona e Cacciamali, 2018). Os autores destacam que o velho institucionalismo, através de seus expoentes Thorstein Veblen e John Commons, também investigam a importância das instituições para a promoção do desenvolvimento, diferenciando-se da visão trazida por North ao irem além das instituições que garantem apenas o bom funcionamento dos mercados. No entanto, Pamplona e Cacciamali (2018) destacam que, há predominância da NEI no debate da MRN e uma carência de trabalhos do velho institucionalismo. Os autores que se empenharam nesta agenda de pesquisa são, essencialmente, da corrente da Nova Economia Institucional.

O termo “instituição” apresenta várias definições, por isso, busca-se compreender como ele é entendido pelos expoentes da Nova Economia Institucional. North (1991) exprime:

<sup>10</sup> As instituições são as restrições criadas pelo homem que estruturam a interação política, econômica e social. Consistem tanto em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) como em regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade). [...] Evoluem gradativamente, conectando o passado com o presente e o futuro; conseqüentemente, a história é em grande parte uma história de evolução institucional em que o desempenho histórico das economias só pode ser entendido como parte de uma história sequencial. (North, 1991, p. 97, tradução nossa).

---

Texto original: <sup>10</sup> Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). [...] They evolve incrementally, connecting the past with the present and the future; history in consequence is largely a story of institutional evolution in which the historical performance of economies can only be understood as a part of a sequential story.

Com o surgimento de países bem-sucedidos em suas trajetórias de desenvolvimento, os autores procuram entender o que determinou seus diferentes desfechos. Apontam que o funcionamento das instituições, nesse caso, é o verdadeiro condicionante da concretização da maldição ou da bênção gerada pelos recursos naturais (Pamplona e Cacciamali, 2018, p. 141). De forma geral, acreditam que as evidências apontadas por Sachs e Warner (1997) e os demais trabalhos que corroboram a maldição apresentam argumentos vagos, com evidências questionáveis.

Esta corrente, especialmente quando investiga os impactos discutidos pela MRN, debruça-se sobre os estudos econométricos realizados por Sachs e Warner (1997). A exemplo, apresentam-se Mehlum, Moene e Torvik (2006), criticando a generalização aplicada aos resultados, que dizem: “na média, os países com recursos naturais abundantes podem ter crescimento econômico inferior aos países pobres” (Pamplona e Cacciamali, 2018, p. 141). Reconhecem que, mesmo que os resultados apontem uma trava de desenvolvimento para os países, há a possibilidade de existirem nações que não sofrem esses impactos no seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, elaboram um modelo com o mesmo propósito, acrescentando uma variável responsável por mensurar a qualidade das instituições. Os resultados caminham para uma conclusão diferente: a relação contraintuitiva entre recursos naturais e desenvolvimento só é válida em países que possuem a qualidade institucional fragilizada.

#### 4.1 A QUALIDADE DAS INSTITUIÇÕES E A MRN

Nessa perspectiva, um novo elemento é adicionado à discussão: a qualidade das instituições. Mehlum, Moene e Torvik (2006) apontam como um comportamento eficiente de uma instituição afeta a maneira como estas gerenciam as rendas geradas pelos recursos naturais. Os autores dividem as instituições em dois parâmetros: que capturam a renda por atividades improdutivas (*grabber friendly institutions*) e que estimulam o empreendedorismo em atividades produtivas (*producer friendly institutions*) (Pamplona e Cacciamali, 2018, p. 142). Dessa forma, os impactos negativos da MRN só alcançam nações que não conseguem garantir o



cumprimento efetivo de suas leis, tenham altos níveis de corrupção e excessiva burocracia estatal.

De acordo com essa interpretação, o caráter das instituições possui influência determinante para o bom funcionamento da economia nacional, propagando efeitos positivos ou reforçando impactos negativos. Elas podem estimular o crescimento econômico e/ou atenuarem problemas no processo de desenvolvimento. Outros autores que seguem na mesma perspectiva são Boschini, Pettersson e Roine (2007, 2012), que relacionam o grau de apropriabilidade das instituições como determinante para o sucesso ou o fracasso dos países abundantes em recursos.

Os autores convergem para a ideia de que a maldição não acontece de forma incondicional no processo de desenvolvimento. Por outro lado, Brunnschweiler e Bulte (2008) apresentam outra interpretação – eles acreditam que a relação ocorra de maneira inversa. A qualidade precária das instituições é a responsável pela maldição dos recursos naturais. Se as instituições não desenvolverem a estrutura produtiva do país, este continuará, sem saída, dependente de atividades restritas ao setor primário de produção. Dessa maneira, a industrialização não será concretizada. Complementam em sua análise que, se medida da forma correta, a abundância de recursos apresenta-se como uma bênção, seja para o desenvolvimento das instituições, seja para o crescimento econômico.

Brunnschweiler e Bulte (2008) seguem com uma crítica sobre o estudo de Sachs e Warner (1997), a respeito da variável utilizada pelos autores para mensurar a maldição dos recursos. A proporção da exportação de recursos em relação ao PIB, *proxy* presente no estudo, é considerada por eles como inadequada para a análise. Argumentam que tal proporção é mais viável para determinar a dependência de um país em relação aos recursos, do que o grau de abundância em si. Acrescentam que há um problema de endogeneidade, em que a proporção das exportações de recursos não pode ser considerada como variável explicativa e independente para o crescimento econômico.

Os autores acreditam que a proporção de exportação de recursos naturais reflete a ideia de vantagem comparativa. Tal vantagem, por sua vez, pode representar a ausência de outros setores internacionalmente competitivos, e por consequência, refletir o subdesenvolvimento. Chegam ao consenso de que a melhor forma para se mensurar a abundância de recursos é através do seu estoque. No

entanto, ao realizarem seu estudo com base nessa variável, não encontram relação negativa como Sachs e Warner (1997). Os testes realizados por Brunnschweiler e Bulte (2008) possuem uma base de dados de 60 países, no período de 1970 a 2000, e apontam uma correlação positiva entre a abundância de recursos e o crescimento econômico. Além disso, quando considerada a dependência de recursos naturais, esta se mostrou insignificante para determinar a qualidade institucional.

Buscando avançar com o debate, Ploeg (2011) defende que o questionamento não deve se concentrar nos possíveis impactos da abundância de recursos, e sim, no porquê de algumas economias que os possuem serem bem-sucedidas, enquanto outras não conseguem o mesmo feito. O autor examina oito hipóteses para embasar sua conclusão, dentre as quais citamos três: a relação entre a abundância de recursos e a taxa de câmbio, a qualidade das instituições, e a renda obtida através das exportações como geradora de corrupção. Finaliza argumentando que países com grande parcela de recursos naturais em suas exportações têm baixo crescimento e alta desigualdade, principalmente quando as suas instituições são ruins. Ploeg (2011) complementa que a maldição é mais severa quando as fontes de recursos são concentradas em petróleo e minerais – e mais branda em fontes desconcentradas, como a agricultura em geral. Dessa maneira, desde que o país apresente abertura comercial, boas instituições e altos investimentos em tecnologia avançada, ele pode se beneficiar da riqueza natural que possui.

#### 4.1.1. Críticas e limitações

Ao convergirem para a qualidade das instituições, os autores pertencentes à NEI enfrentam dificuldades para definirem o que determina tal qualidade. Segundo Pamplona e Cacciamali (2018), não possuem consenso sobre a efetividade das instituições diante dos possíveis efeitos da maldição. Além disso, Stevens e Dietsche (2008) e Cappelen e Mjøset (2009) acreditam que defender as instituições como solução para o fenômeno ignora as condições sob as quais estas são formadas e transformadas.

Cappelen e Mjøset (2009) acrescentam que há uma redução sobre o tipo de instituição necessária para esse objetivo, que mais tem a ver com a representação

de um Estado mínimo do que de um Estado desenvolvimentista, usando o trabalho de Mehlum, Moene e Torvik (2006) como exemplo. O Estado desenvolvimentista, nesse aspecto, é mais preocupado com a diversificação econômica, a promoção de encadeamentos e a replicação de ganhos em benefício geral do país. Estas condições estão mais atreladas à qualidade das instituições descrita pelos autores da NEI, o que demonstra contradição, segundo a análise de Cappelen e Mjøset (2009).

Stevens e Dietsche (2008) também reforçam o questionamento sobre o tipo de instituição que é descrito pelos adeptos da NEI. Argumentam que diferentes instituições podem gerar resultados semelhantes na economia, além de que a definição de qualidade abre espaço para diversas interpretações. Questiona quais seriam as medidas objetivas para mensurar esse aspecto. Por se tratar de uma definição sem consenso mínimo, parece mais relacionada a uma perspectiva ideológica do que científica.

Percebem, também, uma fragilidade presente nos indicadores que são utilizados para medir tal qualidade. O índice de qualidade *International Country Risk Glide* (ICRG), elaborado pela Political Risk Services e usado por Mehlum, Moene e Torvik (2006) é apontado como inadequado por conter interpretações subjetivas de especialistas ligados a empreendimentos privados. Outra preocupação levantada diz respeito a como as nações com instituições consideradas pouco eficazes poderão melhorar a sua situação, impedindo ações predatórias. Os autores que defendem a efetividade das instituições não são claros sobre como atuar nesse sentido. Stevens e Dietsche (2008) defendem que as instituições precisam ser vistas como variáveis dependentes, para que se considere as condições sob as quais os países bem-sucedidos as transformaram, e sobre o porquê de instituições ruins apresentarem persistência. É fundamental questionar o porquê países com recursos se dividem entre os que possuem instituições melhores e instituições piores. Stevens e Dietsche (2008) defendem a investigação dos interesses e conflitos políticos e sociais que geram ou impedem o desenvolvimento institucional – para que, depois, proponha-se um ideal de instituição. Como sugestão, acreditam que estudos comparativos entre países, buscando identificar arranjos sociais e políticos eficazes no contorno da MRN, sejam o caminho a percorrer.

Em outro aspecto, a corrente novo institucionalista explora as perspectivas históricas de países com recursos e suas estratégias de desenvolvimento. Um caso

considerado como desviante da maldição e mencionado por Acemoglu e Robinson (2012), importantes pesquisadores do desenvolvimento, retrata a trajetória do Botsuana. Os autores, em sua obra intitulada “*Por que as nações fracassam?*” elencam as possíveis razões que transformam os processos de desenvolvimento dos países pelo mundo. O caso do Botsuana, para eles, é um exemplo de como as instituições determinam os caminhos para a prosperidade – ou para as dificuldades – no desenvolvimento econômico.

Como Botsuana conseguiu romper o padrão? Tratando de desenvolver rapidamente, após a independência, instituições políticas e econômicas inclusivas. Desde então, permaneceu democrática, realiza eleições periódicas e competitivas, e nunca conheceu guerra civil ou intervenção militar. O governo estabeleceu instituições econômicas que fazem valer os direitos de propriedade, assegurando a estabilidade macroeconômica e incentivando o desenvolvimento de uma economia de mercado inclusiva. (Acemoglu e Robinson, 2012, p. 395).

Acemoglu e Robinson (2012) também descrevem a relação do Estado sob a posse de recursos naturais valiosos, como é o caso dos diamantes no território botsuano. Tal posse, assim como as iniciativas de investimento em educação, foram fundamentais para a construção de uma nova direção para a economia do Botsuana:

Embora o crescimento inicial de Botsuana dependesse da exportação de carne, a situação mudou drasticamente com a descoberta de diamantes. O gerenciamento dos recursos naturais do país também foi nitidamente diferente de outras nações africanas. [...] Antes do anúncio da descoberta, Khama incentivou uma mudança na lei, a fim de que todos os direitos sobre a exploração mineral do subsolo pertencessem ao país, não à tribo – garantindo, assim, que a riqueza proveniente das pedras não criasse profundas desigualdades em Botsuana. A decisão deu impulso também ao processo de centralização do Estado, à medida que a receita gerada pelos diamantes pôde ser aplicada na construção de uma infraestrutura e burocracia estatais e investida na educação. (Acemoglu e Robinson, 2012, p. 397).

Em contrapartida, o caso do Botsuana é interpretado como uma ruptura em partes para Sebudubudu e Mooketsane (2016). Os autores reconhecem os argumentos citados por Acemoglu e Robinson (2012), mas enfatizam que, apesar de representarem altas taxas de crescimento econômico sustentado para o país, este está longe de ser o ideal de desenvolvimento que a economia precisa. Sebudubudu e Mooketsane (2016) destacam que há uma incapacidade na diversificação dos setores de atividade devido à dependência dos diamantes e que o desemprego e

pobreza são alguns dos principais desafios enfrentados. Na saúde, há uma grande parcela da população contaminada com o vírus HIV e somados aos impasses anteriores, Botsuana continua vulnerável aos desafios políticos, econômicos e sociais.

Evidentemente, o avanço da agenda de pesquisa não se resume a estudos de caso centralizados em trajetórias de países isolados, muito menos, a recursos naturais demasiadamente específicos, como é o caso do Botsuana. Em outra perspectiva, alguns autores exploram similaridades entre nações para enxergar as tomadas de decisão que as deixaram em melhor ou pior situação. Uma maneira de aplicar essa similaridade é através de recursos semelhantes – e como suas instituições podem contribuir para direções divergentes.

## 4.2 ANALISANDO TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO

Ducoing *et al.* (2018) discorrem acerca de um estudo que busca comparar países com recursos naturais semelhantes, porém com trajetórias de desenvolvimento diferentes, para entender qual motivo os separa. Os países escolhidos para a análise se dividem em dois grupos: países nórdicos, como Noruega, Suíça e Finlândia, em contraponto com países latinos, representados por Peru, Bolívia e Chile. O período investigado pelos autores corresponde ao fim do século XIX até o primeiro terço do século XX, através de quatro indicadores: PIB per capita, população, comércio e política fiscal.

Ao adotarem uma perspectiva histórica de comparação entre os países, os autores reforçam que, em meados do século XIX, estas nações apresentavam diferenças muito menores entre si, levando em consideração que atualmente elas são extremas (Ducoing *et al.*, 2018, p. 2). A observação desse fenômeno, nessa perspectiva, ocorre através de um ponto de partida semelhante no processo de desenvolvimento. Chama a atenção o fato de, naquela época, o PIB per capita chileno ser semelhante ao Finlandês, e hoje representar apenas 50% da renda da Finlândia.

Em relação ao crescimento econômico de longo prazo, a Bolívia e o Peru apresentaram várias oscilações desde o final do século XIX, sendo beneficiados, por volta de 1980, pelo Consenso de Washington (Ducoing *et al.*, 2018, p. 5). Através

dessa medida, obtiveram melhorias que proporcionaram a estabilização da economia, mas que apresentavam pouca eficácia na promoção do crescimento econômico. Apenas no superciclo dos preços das *commodities*, por volta dos anos 2000, os dois países voltaram a apresentar elevadas taxas de crescimento. Bulmer-Thomas (2003) enfatiza que o Chile, em contrapartida, possuiu trajetória diferente: ao final do século XIX, no auge de sua independência, apresentou menores danos. Depois de um período de exportações de produtos agrícolas e metais como ouro, prata e cobre, o salitre se tornou a grande pauta de exportação do país – sendo relevante no contexto da Segunda Revolução Industrial (Badia-Miró e Ducoing, 2015). E depois, consolidaram suas atividades na exportação de cobre e na industrialização liderada pelo Estado. Terminam o século XX com a maior taxa de PIB per capita da região (Sunkel, 2011).

Observando as trajetórias dos países nórdicos, Ducoing *et al.* (2018) descrevem que, apesar destas apresentarem diferenças, possuem em comum o aproveitamento dos recursos naturais para desenvolver indústrias impulsionadas por suas vantagens comparativas. O crescimento econômico dos três países foi gerado através dos seus próprios recursos, como florestas, minérios de ferro, e rios disponíveis para os avanços na hidroelétrica. O desenvolvimento destas atividades possibilitou inovações através da indústria florestal, telecomunicações, biotecnologias, indústrias farmacêuticas e serviços de TI. Os autores também acrescentam que existem outros fatores importantes para o sucesso do desenvolvimento nesse contexto:

<sup>11</sup> Por trás do desenvolvimento econômico bem-sucedido dos países nórdicos estão fatores institucionais complexos, não facilmente quantificáveis, tais como um elevado nível de confiança geral; uma presença historicamente forte de um partido social-democrata; sindicatos poderosos; um setor público responsável pelos sistemas de educação e saúde; um estado de bem-estar geral e altos níveis de impostos; e empresas estatais, nomeadamente no setor dos transportes e da energia. (Ducoing *et al.*, 2018, p. 7).

---

Texto original: <sup>11</sup> Behind the Nordic countries' successful economic development lie complex institutional factors, not easily quantifiable, such as a high level of general trust; a historically strong presence of a social democratic party; powerful unions; a public sector in charge of systems for education and health; a general welfare state and high tax levels; and state-owned companies, not the least within the transport and the energy sector.

A respeito do crescimento populacional, a transição demográfica tardia enxergada nos países da América Latina é um dos principais pontos para explicar a divergência em relação aos países nórdicos. Destaca-se que, durante o século XIX, enquanto o Chile recebia migrantes, os países nórdicos os expulsavam (Ranestad, 2017). Por isso, Ducoing *et al.* (2018) justificam o período de análise até o primeiro terço do século XX. Acreditam que, dessa maneira, preservam-se os argumentos que explicam os caminhos diferentes após esse período.

Williamson (2011) descreve que, durante o século XIX, os países analisados aproveitaram a redução dos custos para adentrarem às atividades de comércio. Os países andinos venderam seus recursos naturais às economias centrais e se tornaram parte do comércio mundial. Para Ducoing *et al.* (2018), a concentração das exportações, em detrimento da industrialização, é apontada como principal divergência nesse aspecto. Os países nórdicos conseguiram transformar suas estruturas de atividades unicamente baseadas em exportações de recursos para a geração de indústrias baseadas nestes.

Sobre o desenvolvimento da indústria nessas nações, Blomström e Meller (1991) reconhecem que os países nórdicos, além de desenvolverem variadas atividades de produção industrial com recursos naturais, também contaram com uma grande parcela de investimento estrangeiro direto. Destaca-se maior presença de empresas multinacionais nas economias nórdicas do que nas andinas. Acredita-se que a absorção de tecnologias contribua para explicar as divergências nesse ponto da análise, sendo a lacuna de conhecimento um foco importante a ser discutido.

É evidenciado por Ducoing *et al.* (2018) a fase de transferência de tecnologia enfrentada pelos países nórdicos no período da Revolução Industrial. A absorção de máquinas, equipamentos, técnicas e métodos de trabalho contribuíram para a adaptação e incremento de novos conhecimentos de acordo com as necessidades locais. Como exemplos, citam a atividade de cobre e prata advinda da Alemanha para a Noruega, assim como os avanços vindos dos EUA para a indústria sueca.

Ranestad (2020) argumenta que a lacuna de conhecimento existente entre esses países parcialmente explica as divergências notáveis em suas trajetórias de desenvolvimento. Seu estudo compara as economias chilena e norueguesa, que assim como mencionado por Ducoing *et al.* (2018), apresentaram semelhanças por volta do século XIX até o início do século XX, mas se distanciaram desde então. A autora reconhece que em ambos os países houve iniciativas para a acumulação de

conhecimento e novas práticas – através de educação formal, empresas nacionais e estrangeiras, bolsas de viagem, centros especializados –, no entanto, o conhecimento se desenvolveu de forma mais ampla na Noruega. As razões apontadas correspondem ao maior número de graduados em relação ao Chile, mais viagens para aprendizagem prática e atividades relacionadas a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Ranestad (2020) conclui seu argumento realçando a participação ativa do Estado no processo norueguês como fundamental para a propagação do conhecimento – através do financiamento do ensino básico e técnico e bolsas de estudo – reconhecendo que o Chile não deu a mesma prioridade nas suas políticas.

Ducoing *et al.* (2018) complementam que os esforços para alfabetização da população foram mais direcionados nos países nórdicos do que nos andinos. Na Noruega, essa é uma prática reconhecida desde o século XVII, incentivada pela Igreja e continuada anos mais tarde através de leis que mantinham crianças e adolescentes na escola. Dessa forma, o país despontou com taxas de alfabetização altas desde muito cedo. O mesmo cenário se replica para a Suécia e para a Finlândia: a influência religiosa e o investimento em formação de P&D, especialmente na segunda metade do século XX. Sobre o entendimento a respeito da lacuna de conhecimento, afirmam:

<sup>12</sup> A compreensão dessa lacuna de conhecimento ainda faz parte de pesquisas em andamento. Contudo, é certamente importante analisar a existência de um quadro institucional diferente em ambos os grupos de países. Durante os séculos XVII e XVIII, isto poderia estar relacionado com diferenças de valores/instituições informais: as pessoas tinham (ou não) de ser capazes de ler e discutir a palavra de Deus. (Ducoing *et al.*, 2018, p. 18).

Engerman, Mariscal e Sokoloff (2009) ressaltam a pobreza educacional existente nos países latinos durante o século XIX. Frankema (2009) acrescenta que os avanços durante o século XX, apesar de serem importantes, não foram suficientes para eliminar a defasagem educacional, além de terem qualidade questionável do ponto de vista internacional. Também menciona-se o atraso da implementação de um ensino primário obrigatório nos países latinos (Ducoing *et al.*,

---

Texto original: <sup>12</sup> The understanding of this knowledge gap still takes part in ongoing research. However, it is certainly important to analyze the existence of a different institutional framework in both groups of countries. During the 17th and 18th centuries, this could be related to differences in values/informal institutions: people had (or not) to be able to read and discuss God's word.



2018, p. 15). Peru, Bolívia e Chile possuem semelhanças por serem tardios na alfabetização plena, com grande parte de sua população em analfabetismo durante todo o século XX.

Quando se trata da política fiscal, Ducoing *et al.* (2018) enfatizam que os países latinos, mais dependentes das rendas provenientes dos recursos naturais, não conseguiram diversificar suas fontes de arrecadação em comparação com as nações nórdicas. Como descreve Ross (1999) os incentivos para desenvolver a capacidade fiscal, nesse aspecto, são menores. A menor dependência destas rendas nos países nórdicos pode explicar, em parte, a maior facilidade para buscar formas alternativas de aumento das receitas. Esse comportamento mencionado pelos autores é visto na literatura da MRN através do *rent-seeking*, ou comportamento rentista. Como exemplifica Veríssimo e Xavier (2014):

A maldição dos recursos naturais está vinculada ao argumento de que o súbito aumento da renda decorrente da exploração daqueles recursos (derivado de um aumento dos preços destes produtos ou da descoberta de novas fontes) cria uma falsa ideia de segurança e enfraquece a necessidade percebida de investimento e de promoção de estratégias de crescimento. (Veríssimo e Xavier, 2014, p. 269).

Ducoing *et al.* (2018) acrescentam que, apesar das evidências caminharem para destacar a lacuna de conhecimento entre os países, as pesquisas ainda precisam de maior aprofundamento. Outros pesquisadores enxergaram tal debate como oportunidade e debruçaram-se sobre a importância da educação como forma de apoio aos possíveis esforços de inovação e desenvolvimento. Leva-se em consideração o patamar atingido pelos países europeus através da alfabetização e do apoio estatal direto em diversas iniciativas. Conclusão semelhante é explorada pelo pensamento institucionalista de raízes clássicas de Thorstein Veblen. Conforme descreve Zulian (2022):

[...] o desenvolvimento de uma sociedade é visto como influenciado pelo tipo predominante de conhecimentos existentes, se está centrado em conhecimentos tecnológicos (práticos, científicos) ou em conhecimentos populares (ideologias, religião e “falsas-informações”). Assim, os aspectos materiais e imateriais diferem entre as sociedades, não existindo uma trajetória geral de crescimento, mas um sistema de tecnologias e de instituições que evolui no tempo e que caracteriza o desenvolvimento de um país. (Zulian, 2022, p. 142).

Como pontos principais abordados neste capítulo, entende-se que a crítica a MRN, feita pelos novos institucionalistas, concentra-se em parte na construção dos modelos econométricos que buscam explicar a relação entre dotação de recursos e crescimento econômico. No entanto, algumas críticas relevantes são levantadas, principalmente por essa escola evidenciar que a qualidade das instituições é a responsável pelo desenvolvimento (ou pelo seu entrave). O aspecto subjetivo empregado a qualidade institucional não permite aprofundamento ou convergência para a interpretação. Em outro aspecto, o estudo comparativo entre países andinos e nórdicos permite reconhecer aspectos institucionais divergentes entre países de recursos naturais parecidos, levando a conclusão de que a alfabetização tardia da América Latina, assim como os limitados esforços para aprendizagem e transferência de tecnologia, não levaram os países dessa região a protagonizarem seus esforços de inovação.

A discussão converge para a argumentação de Wright e Czelusta (2002), sobre o sucesso da industrialização dos EUA através de seus recursos minerais, graças a geração de encadeamentos a partir da atividade extrativa. Para atingir esse objetivo, portanto, o processo de aprendizagem é apontado como determinante. Sendo assim, torna-se necessário o aprofundamento da análise a partir de um contexto que, além de produzirem discussões complementares, também direcionem o atual cenário vivido pela América Latina. Dessa forma, espera-se chegar a uma compreensão mais direcionada para a realidade desses países, que possuem divergências consideráveis em comparação aos exemplos mencionados neste capítulo.

## 5 O PAPEL DOS ESFORÇOS DE APRENDIZAGEM

Considerando o desenvolvimento recente do debate sobre recursos naturais, ressaltam-se pontos de convergência entre as teorias neoschumpeteriana e novo institucionalista. Enquanto as influências de Schumpeter colocam em evidência a importância da inovação para a superação do subdesenvolvimento, os novos institucionalistas argumentam sobre as estruturas econômicas e sociais necessárias para este objetivo. De forma mais completa, os neoschumpeterianos enfatizam como a busca por conhecimento é indispensável para o surgimento de novos paradigmas, à medida que, as instituições se mostram eficazes nesse direcionamento, especialmente em economias de recursos naturais. Como é descrito por Lopes (2015):

A inovação, as rotinas e as novas tecnologias devem ainda estar em convergência com a revolução tecnológica e com o paradigma tecnoeconômico, proporcionando o aproveitamento da janela de oportunidade aberta em cada momento histórico. A esse respeito, as formas institucionais e a atuação do Estado são aspectos de grande relevância, pois devem colocar em evidência uma regulação que estimule a inovação e o progresso tecnológico. (Lopes, 2015, p. 395).

Com base nessa argumentação, o trabalho de Lederman e Maloney (2007), intitulado “*Resource Curse: neither curse nor destiny*” traz à tona o caráter condicional da posse de recursos naturais para a economia. O progresso tecnológico passa a ser visto como o foco para a promoção do desenvolvimento sustentado, com base nas evidências históricas mostradas pela literatura sobre o tema.

Tratando-se especificamente da América Latina, em seu contexto de países emergentes com alta dotação de recursos, Maloney (2007) argumenta que, historicamente, houve uma perda de oportunidades de crescimento para a região. Países como o Canadá, a Austrália e a Escandinávia, em contrapartida, souberam aproveitar as vantagens de sua época. O desempenho abaixo do esperado é justificado através do fraco investimento em aprimoramento tecnológico.

Maloney (2007) exprime as possíveis explicações para este fenômeno. Em primeiro lugar, destaca a incapacidade de aprendizagem, e por consequência, de inovação, ao não priorizar políticas para tal. O baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e capital humano manteve os países latinos até mesmo à margem de aproveitamento de tecnologias criadas em nações estrangeiras.

Em segundo lugar, destaca o processo de industrialização via substituição de importações, defendido por Prebisch (1949) como estratégia voltada para o desenvolvimento de indústrias nascentes. Para o autor, mesmo sob o argumento de garantir competitividade frente ao mercado estrangeiro, os países que optaram por esse processo desencorajaram seus esforços de inovação. Ademais, as rendas obtidas através das atividades industriais estavam mais relacionadas ao monopólio artificial dentro das fronteiras, do que à adoção tecnológica implementada em sua produção. Maloney (2007) acrescenta que tal estratégia também impediu o crescimento dinâmico das atividades intensivas em conhecimento por volta dos anos 1950 e 1960, com o aumento da demanda diante da reconstrução econômica da Europa e do Japão pós Segunda Guerra Mundial.

Os aspectos conectados à colonização das nações latinas também são levados em consideração, visto que o controle dos países europeus era legítimo até o final do século XIX (Ducoing *et al.*, 2008). Maloney (2007) *apud* Baer (2001) acrescenta que a disseminação de conhecimento destes países para o Novo Mundo não ocorreu de maneira facilitada, representando um bloqueio importante para seu avanço tecnológico:

<sup>13</sup> Em contrapartida, o período colonial na América Latina impôs, em muitos aspectos, um preconceito intelectual negativo que desencorajou especificamente a adoção de inovações estrangeiras. [...] Em grande parte por razões de controle político, o ícone do discurso intelectual, a imprensa escrita, foi proibida no Brasil até 1809 (Baer, 2001). A coroa espanhola manteve afastados empresários, comerciantes e artesãos não espanhóis e não católicos e, assim, privou o Novo Mundo de importantes habilidades e conhecimentos. (Lederman e Maloney, 2007, p. 151).

---

Texto original: <sup>13</sup> By contrast, the colonial period in Latin America enforced in many ways a negative intellectual bias that specifically discouraged the adoption of foreign innovations. [...] Largely for reasons of political control, the icon of intellectual discourse, the printing press, was banned in Brazil until 1809 (Baer 2001). The Spanish crown kept out non Spanish and non-Catholic businessmen, traders, and craftsmen and thus deprived the New World of important skills and knowledge.

Wright e Czelusta (2007) trazem uma novo olhar sobre o potencial das atividades extrativas de recursos naturais. Usam como exemplo a economia australiana, que apesar de ter sido resistente a uma estratégia de desenvolvimento com recursos, os utilizou para construir seu dinamismo. O projeto intitulado “Terra de Vidro” foi o responsável por colocar o país nesta nova direção, dado que seu objetivo era buscar por novos depósitos minerais ao longo da crosta terrestre. Sobre esse ponto, Lederman e Maloney (2007) concluem:

<sup>14</sup> A lição geral é, mais uma vez, que o que importa para o desenvolvimento baseado em recursos não é o caráter inerente dos recursos, mas a natureza do processo de aprendizagem através do qual o seu potencial econômico é alcançado. (Lederman e Maloney, 2007, p. 8).

Outros exemplos de desenvolvimento industrial a partir dos recursos naturais também são conhecidos, como é o caso da Suécia e sua estrutura produtiva baseada em reservas florestais. Frischtak e Belluzzo (2014) destacam o surgimento de escolas técnicas no país desde o início do século XIX, promovendo altas taxas de alfabetização, e garantindo pela iniciativa estatal e privada a formação em universidades do exterior:

Com a rede de universidades ainda em construção, o envio de estudantes ao exterior era visto como estratégico para a formação do próprio polo educacional do país. [...] Talvez o melhor exemplo do sucesso desta estratégia foi o envio de Lars Ericsson em 1889 para estudar engenharia elétrica na Alemanha e Suíça com bolsas do governo. Ericsson se tornaria um dos principais industriais do país e fundador da empresa de telecomunicações que leva seu nome até hoje. (Frischtak e Belluzzo, 2014, p. 12).

Os autores esclarecem que, nestas condições, a criação de uma rede de conhecimento técnico era facilitada, pois além da possibilidade de importar conhecimentos, também gerava aprendizados dentro do país (Frischtak e Belluzzo, 2014). As redes que se formavam nesse contexto possuíam caráter público, possibilitando acesso ao conhecimento sem a necessidade de um departamento de P&D nas empresas. O ensino técnico na Suécia, portanto, foi “base para o cluster de

---

Texto original: <sup>14</sup> The broad lesson is, again, that what matters for resource-based development is not the inherent character of resources, but the nature of the learning process through which their economic potential is achieved.

serviços avançados e elemento essencial para evolução da economia para uma produção de maior valor agregado”. (Frischtak e Belluzzo, 2014, p. 12)

Frischtak e Belluzzo (2014, p. 13) ainda destacam que o nível florestal da economia sueca continua o mesmo com o passar dos anos, mas o setor “vive da criação e exportação de serviços florestais mais do que de papel e celulose em si”. Liderando a inovação através de práticas ambientais corretas e novos processos de produção, desenvolvem novas iniciativas visando o aumento de produtividade, assim como a migração para atividades de maior valor agregado. O alto investimento em pesquisa e desenvolvimento também faz parte da prosperidade econômica: a indústria florestal possui um dos maiores gastos com P&D do país. Além disso, há conexão com pesquisas feitas dentro das universidades. Como concluem Frischtak e Belluzzo (2014):

Assim, papel, celulose e madeira se mantiveram entre as principais exportações do país nos últimos 150 anos e o país aparece na fronteira de produção e exportação de casas pré-fabricadas e móveis. Em síntese, a prosperidade da indústria sueca deve-se à capacidade de constante migração para produtos de maior valor agregado. Para tanto, foi decisiva a formação de um cluster de conhecimento técnico, que permitiu grande versatilidade à economia. (Frischtak e Belluzzo, 2014, p. 13).

O caso da empresa finlandesa Nokia e sua mudança de atuação é um dos casos mais emblemáticos para destacar a importância do conhecimento em um país com alto nível de recursos naturais (Frischtak e Belluzzo, 2014 p. 13). Tendo sua origem em um setor de *commodities*, como uma indústria madeireira em 1869, entrou para o ranking das dez maiores empresas do planeta nos anos 2000. Fundada como um “engenho de madeira ribeirinho”, migrou para a produção de papel e celulose, anos mais tarde se tornando a maior empresa do ramo (Frischtak e Belluzzo, 2014 p. 13). Conforme descrevem Frischtak e Belluzzo (2014), as aquisições seguintes foram determinantes para mudar os rumos da companhia.

A produção da empresa passou a se diversificar por diferentes segmentos: produção de papel, celulose, botas de borracha e cabos elétricos. Até 1977, o papel e a celulose sustentavam seu modelo de negócio. No entanto, o pós-guerra foi propício para a entrada no setor de telecomunicações, criando-se uma área específica para P&D. Frischtak e Belluzzo (2014) elencam as principais ações para seu sucesso a partir deste contexto:

“[...] a chave da mudança para processos intensivos em conhecimento e de alta tecnologia foi sua política de desenvolvimento do capital humano interno. A diretoria da empresa encorajava seus empregados finlandeses a trabalharem nas novas filiais e nas empresas adquiridas no exterior. O CEO na época incentivou o governo a iniciar um extenso programa de intercâmbio de alunos e aproximou a empresa do meio acadêmico. O resultado foi a “Nokia University”, programa que buscava aumentar o grau de escolaridade de todos os funcionários em um nível. (Frischtak e Belluzzo, 2014, p. 14)

Os autores concluem apontando que a efetividade do programa aconteceu pela conexão entre a empresa e as universidades, ambiente capacitado para elevar o nível de educação formal dos colaboradores da companhia. Através da preocupação com a capacitação de seus funcionários, a Nokia conseguiu absorver as tecnologias, habilidades e conhecimentos das suas alianças e aquisições estrangeiras. A Nokia, com a transformação do mercado da telecomunicação, estava preparada para acompanhar os próximos passos necessários. O boom das *telecoms*, conforme explicam Frischtak e Belluzzo (2014), mostrou que a empresa já possuía o conhecimento técnico em várias frentes – dentre elas, comercial, de vendas e de distribuição – para avançar em um modelo de negócio de escala global. Isso fez com que ela se tornasse a maior produtora de celulares ao final da década de 80 e a primeira a colocar no mercado um aparelho telefônico portátil. O GSM, tecnologia fundamental para a época, não foi criado por suas próprias mãos, mas sua capacidade de absorção e aprimoramento fizeram com que a Nokia se tornasse a líder do segmento. (Frischtak e Belluzzo, 2014). Em síntese, os autores expõem suas conclusões:

O que esses e outros casos sugerem? A migração de uma economia baseada em recursos naturais para uma economia de conhecimento não se dá de forma automática ou trivial. Porém, é marcante a semelhança entre as características que levaram ao êxito (e, quando ausentes, ao fracasso). Esses elementos parecem ser visíveis tanto em países que obtiverem sucesso em anos recentes e também em outros na virada para o século XIX. (Frischtak e Belluzzo, 2014, p. 14).

Esses argumentos convergem com o debate feito por Ducoing *et al.* (2018), sobre a relevância do aprendizado como determinante para os esforços de desenvolvimento. Mais do que isso, as estratégias de alfabetização são postas como essenciais para explicar o sucesso das economias. Os países que conseguiram transitar para estruturas produtivas mais diversas, começaram sua alfabetização no

início do século XIX, universalizando-a no início do século XX. O papel da instituição governamental, e a interação entre o setor privado e as universidades são vistos como indispensáveis para esse processo, especialmente quando o setor privado não possui incentivo para protagonizar os esforços necessários. Nesse aspecto, “nota-se o envio de alunos de mestrado e doutorado, em quantidade significativa e inteiramente subsidiada, para os países que detinham as melhores práticas da época”. (Frischtak e Belluzzo, 2014, p. 16)

O cluster de conhecimento especializado, como definem, possuem dois aspectos-chave: o incentivo a educação e a pesquisa. Frischtak e Belluzzo (2014, p. 15) acreditam que “a educação que leva a novas habilidades, enquanto a pesquisa traz maior conhecimento”. Em resumo, apontam que a versatilidade produtiva pode ser conquistada através desses elementos bem construídos.

Ademais, Frischtak e Belluzzo (2014, p. 16) conversam com outro argumento visto pela escola da Nova Economia Institucional para a garantia do desenvolvimento com base em recursos naturais: “o arcabouço regulatório, que deve ser bem definido, avançado e estável”:

As principais características deste quadro de referência são leis objetivas para a formação de sociedades, rígida proteção à propriedade (em especial de natureza fundiária), regulação ambiental clara e previsível e estabilidade do marco regulatório. (Frischtak e Belluzzo, 2014, p. 16).

A exposição dos argumentos de Frischtak e Belluzzo (2014) é finalizada apontando as políticas governamentais e as instituições como ferramentas essenciais para a exploração correta da renda das atividades extrativas. Elites predadoras, combinadas com a abundância de recursos naturais, são “a receita para manter um país em estado de subdesenvolvimento e a população em situação de pobreza em caráter quase que permanente”. (Frischtak e Belluzzo, 2014, p. 17)

Gylfason (2001) também trouxe ao debate a relação dos países com recursos naturais abundantes e seus níveis educacionais. Para ele, tais nações são negligentes com seus esforços direcionados a qualificação, no pensamento de que as rendas através do comércio são as responsáveis pelo progresso econômico, e não o desenvolvimento do capital humano. Birdsall, Pinckney e Sabot (2001) dialogam com esse argumento ao apontarem que, na média, países ricos em recursos naturais investem menos em educação.



Em complemento, as evidências encontradas pela investigação de Cockx e Francken (2016) corroboram para estes argumentos. As autoras afirmam que faz parte de uma gestão eficiente e sustentável das rendas dos recursos naturais seu investimento na educação. Apesar de destacarem a importância da atuação do governo para este fim, também não descartam a possibilidade de envolvimento da iniciativa privada no financiamento.

## 5.1 OS DESAFIOS PARA A AMÉRICA LATINA

Entendendo a necessidade, portanto, de investimentos na produção de conhecimentos e tendo a educação como base para esse objetivo, procura-se compreender o atual panorama da América Latina. A respeito das políticas educacionais no período de 2013 a 2019, Rivas (2021) destaca a tendência positiva do aumento do gasto público em educação em relação à porcentagem do PIB na região. No entanto, enfatiza que há, apesar do esforço, insuficiência de recursos disponíveis para alcançar o objetivo completo. Argumenta que:

Há uma preocupação em entender a integridade da educação e os requisitos e impactos do financiamento; compreender, da mesma forma, a educação inclusiva, os grupos marginalizados e vulneráveis, os migrantes. Isso significa buscar justiça social, reconhecer as diferenças e garantir que todos os grupos estejam representados nas políticas e programas educacionais. Para permitir que as pessoas aprendam durante toda a vida, as intervenções devem ser consistentes desde a primeira infância até a idade adulta. (Rivas, 2021, p. 59).

É destacado por Lopes e Neto (2020) que a colonização e seu processo de exploração de recursos naturais geraram o apagamento dos povos originários, assim como minaram a possibilidade da construção de um aparato educacional inclusivo e que permitisse avanços sem atenuar as desigualdades entre as classes sociais. Seu argumento converge para definir o continente como explorador da prática do *rent-seeking*, onde as instituições aproveitam de um ganho fácil e rápido, sem destinar esse montante para ações de desenvolvimento:

A América Latina tem ficado notadamente com as sequelas dos processos de exploração de seus recursos naturais e matérias-primas e tais estruturas de exploração continuam a ser replicadas e/ou reproduzidas sob a apatia

das forças dirigentes do continente, inertes a matrizes de desenvolvimento não-sustentáveis. Atualmente, no continente, a lógica de satisfação imediata do capital, em seus mais diferentes gradientes, tem ditado os fluxos e fins de funcionamento na maior parte das instituições estatais, públicas não-estatais e privadas. (Lopes e Neto, 2020, p. 9).

Recentemente, por conta da pandemia de Covid-19, a América Latina se vê em um cenário que evidenciou suas desigualdades, assim como as aprofundou, especialmente quando se trata das lacunas relacionadas à educação (Rivas, 2021, p. 60). Estima-se que cerca de 12 milhões de jovens, antes desse período, já não frequentavam a escola e a necessidade de capital comprometido com o desenvolvimento educacional, nesse sentido, é latente.

Simon Schwartzman, em sua obra intitulada “*A Educação Superior na América Latina e os desafios do século XXI*” descreve em diferentes aspectos os panoramas em que se encontra a região recentemente. Schwartzman (2015) descreve que o surgimento das universidades no continente emula a estrutura do ensino europeu, mas não conseguiu trazer para si a motivação pela valorização do conhecimento, do estudo e da pesquisa. As universidades latinas, portanto, apenas conseguiram se desenvolver como “um canal de mobilidade e afirmação social e política de novas gerações”. (Schwartzman, 2015, p. 8)

Brunner (2015) descreve o fenômeno de massificação do diploma de ensino superior na América Latina, especialmente pelo surgimento de uma grande quantidade de instituições privadas, que transformaram a educação em uma “indústria do conhecimento”. As universidades tradicionais, tidas como formadoras de elites e de pesquisa de alto nível, agora disputam espaço com novas organizações que representam múltiplas demandas, expectativas e formas de funcionamento.

Outro aspecto relevante a ser debatido é levantado por Aupetit (2015) quando trata da internacionalização do ensino superior. Fenômeno identificado como “fuga de cérebros”, que exprime a migração de profissionais qualificados para países desenvolvidos, se torna preocupante, já que o investimento em educação feito pelo país de origem não é absorvido com a transferência de capital humano. Nesse aspecto, buscando atenuar esse fenômeno e suas consequências negativas, alguns países da região, como Brasil e México, tem desenvolvido programas que estimulam o retorno de seus profissionais.

Por fim, as parcerias entre os centros de pesquisa das universidades e o setor privado também são levadas em consideração. Pedrosa (2015) destaca que apesar do amplo sistema de pesquisa na América Latina, a região possui dificuldades para estabelecer relações com o setor privado, prejudicando o surgimento de inovações tecnológicas. Há um amplo sistema de pesquisa acadêmica e pós-graduação no Brasil, o maior da região, mas por outro lado, pouca interface é o que define o relacionamento entre a pesquisa científica e este setor.

Entende-se, portanto, que grandes são as nuances que envolvem a estrutura educacional na América Latina, com oportunidades de melhoria em todos os níveis educacionais – sejam eles de base, de ensino superior ou de pesquisa científica. Percebe-se, também, o quanto as nações desenvolvidas exercem uma relação de poder sobre a educação nesta região, a partir do fenômeno da fuga de cérebros. O capital humano qualificado, nesse sentido, acaba não permanecendo dentro do território que tanto precisa aprimorar seu *know-how* para produzir inovações necessárias ao novo paradigma tecno econômico, como mencionam Perez, Marin e Navas-Aleman (2014). A mudança da qualidade das instituições, como mencionam os novos institucionalistas, são mais do que necessárias nesse contexto, já que o desenvolvimento do conhecimento é basilar para sua transformação.

Em suma, como ponto de convergência nas abordagens críticas a Maldição dos Recursos Naturais, temos a educação como ponto central, ao possibilitar o conhecimento necessário para os esforços de inovação, assim como para a transformação do ambiente institucional. Os exemplos citados ao longo do capítulo apresentam a transição de economias baseadas em recursos naturais para “Economias do Conhecimento”, que conseguem ir além das atividades de exploração. Na América Latina, existem limitações que não permitem explorar seu potencial de diversificação produtiva, sendo esse, em parte, o entrave para seu desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, diante do aumento das desigualdades em nível mundial, grandes são os questionamentos acerca da efetividade das políticas públicas para a promoção de uma sociedade igualitária, economicamente dinâmica e promotora de bem-estar. Historicamente, o sistema capitalista apresenta diversas assimetrias – sejam elas sociais, de gênero, de raça, ou de renda – que caracterizam seu funcionamento. A tendência de aprofundamento dessas disparidades desde o fenômeno da globalização, até a pandemia de Covid-19, realça a preocupação latente com as trajetórias de desenvolvimento dos países que permanecem a margem do progresso tecnológico.

A Maldição dos Recursos Naturais, teoria que se apresentava como resposta para o atraso de nações ricas em recursos, controlava o debate sobre o desenvolvimento econômico dos países latinos. A dotação de recursos naturais era apontada como limitadora do progresso econômico, de forma determinística. No capítulo 2, a exposição dos principais desdobramentos da discussão, influenciados principalmente, pela produção de Prebisch (1949) e o fenômeno da Doença Holandesa, obteve consenso até a virada do século. No entanto, surgem estudos que contrapõem sua relação contraintuitiva. As abordagens de cunho evolucionário – como as teorias neoschumpeteriana e novo institucionalista – procuram identificar suas fragilidades e dão seguimento ao debate.

O capítulo 3, abordando a perspectiva neoschumpeteriana, expõe visões contrárias à argumentação da MRN. Os teóricos desta escola visualizam os recursos naturais como diferencial para o progresso das economias latinas. Acreditam que há uma gama de oportunidades de pesquisa, criação de setores de atividade e de surgimento de novas tecnologias, garantindo a competitividade diante de um cenário global cada vez mais predatório. Além disso, nota-se uma aproximação entre esta abordagem e a dos novos institucionalistas, destacando-se a participação institucional como decisiva ao progresso tecnológico.

No capítulo 4, os novos institucionalistas, através de estudos econométricos, buscam compreender se há uma relação negativa entre a abundância de recursos e o desenvolvimento econômico, não encontrando respostas que sustentem esse argumento ao longo do tempo. As diferentes trajetórias de nações estudadas pela

literatura apontam que, recursos naturais similares em países diferentes geraram resultados de desenvolvimento também divergentes. A razão apontada para esta assimetria se dá pela forma como a renda desses recursos foi utilizada, e como a exploração do potencial de inovações através dessas vantagens foram aproveitadas. Países que conseguiram sair de uma atividade extrativa para uma estrutura econômica baseada no conhecimento são elencados como casos de sucesso nessa perspectiva.

No capítulo 5, de forma geral, expõe a educação como ponto de convergência entre as abordagens neoschumpeteriana e novo institucionalista. Ela é vista como elemento-chave para a determinação do desenvolvimento desses países. O acúmulo de conhecimento é essencial para as inovações, e estas conseguem dar relevância a recursos que não possuíam utilidade econômica para o país. Nesse aspecto, o que determina o sucesso ou o fracasso em uma nação não é sua dotação de recursos, e sim o que se faz com estes, especialmente quando há uma limitação tecnológica que não permite explorar seu potencial de diversificação produtiva.

A fragilidade das instituições, apontada pelos novos institucionalistas como a razão do subdesenvolvimento, explica as dificuldades enfrentadas no contexto recente, mas não leva em consideração a perspectiva histórica de colonização, que muito contribuiu para que estes países permanecessem com uma estrutura de governança problemática em vários aspectos. A dependência das commodities, efeito do período colonial, é apontada pela ONU (2021) como uma armadilha a ser superada, através do investimento em tecnologia e inovação. Como atores fundamentais para a superação dessa problemática, destaca-se o Estado como responsável pela articulação, assim como a iniciativa privada, que em conjunto podem estimular as transformações na educação da América Latina. A CEPAL (2013) retrata a importância do fortalecimento da institucionalidade para superar esse entrave.

A pesquisa realizada também deu suporte para responder as questões relacionadas aos recursos naturais. Sobre as diferenças entre recursos naturais e percursos de desenvolvimento, não se tem evidência, visto que a perspectiva crítica adotada nega que tais recursos sejam a causa do subdesenvolvimento. Em contrapartida, sobre a existência de países com recursos similares, mas trajetórias de desenvolvimento diferentes, o estudo de Ducoing *et al.* caminha para essa argumentação, comprovando sua validade. Como causa do entrave ao

desenvolvimento, temos o baixo desenvolvimento educacional, essencial para a criação de inovações.

Portanto, a Maldição dos Recursos Naturais mostra-se insuficiente na determinação do subdesenvolvimento, não sendo o fator central para explicá-lo. Os modelos que associam as variáveis crescimento econômico e dotação de recursos não geram resultados conclusivos. Ao colocarem o crescimento e o desenvolvimento sob a mesma interpretação, não conseguem mensurar se a qualidade de vida da população está atrelada aos seus recursos. Estudos como o de Savoia (2021), que relacionam os recursos aos indicadores de desenvolvimento – saúde, educação, pobreza e desigualdade de renda – não encontram respostas que justifiquem essa relação. Como mencionado por Lederman e Maloney (2007), os recursos naturais necessitam de políticas públicas inteligentes que as complementem com o conhecimento humano, para que dessa forma, possam contribuir com um futuro de prosperidade.

Sem diferenciar claramente os termos crescimento e desenvolvimento, às escolas neoschumpeteriana e novo institucionalista, apesar de contribuírem de forma crítica a teoria da Maldição dos Recursos, também apresentam limitações. Estudos como Ducoing *et al.* (2018) fazem comparativos interessantes para enxergar as divergências de desenvolvimento entre os países, porém, limitam-se a indicadores (como o PIB) que já são vistos pela literatura como ineficientes para mensurar o desenvolvimento econômico. O comprometimento dos países nórdicos na diminuição de sua desigualdade de renda não é mencionado como um aspecto relevante para o estudo, mas contribui com alto impacto para seu desenvolvimento. A própria MRN, em seu surgimento, busca relacionar o crescimento econômico a dotação de recursos naturais – mas tal crescimento em si não consegue determinar o grau de desenvolvimento de um país, já que este envolve outras nuances, como distribuição de renda, garantia de bens básicos à sobrevivência, e outros que envolvem o bem-estar social de forma geral. Vê-se, portanto, oportunidades para pesquisas futuras que complementem a discussão de forma mais ampla, e que consigam adentrar nas perspectivas relacionadas ao desenvolvimento de forma mais específica.

## REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. Por que as nações fracassam?: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. [S. l.]: Elsevier, 2012. 416 p.
- AUPETIT, Sylvie Didou. Mobilidade Científica e Internacionalização das Capacidades de Pesquisa na América Latinarica Latina. *In*: SCHWARTZMAN, Simon. A Educação Superior na América Latina e os desafios do século XXI. [S. l.]: Unicamp, 2015. p. 95-108.
- AUTY, Richard M. Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis. Londres: Routledge, 1993. 288 p.
- BADIA-MIRÓ, M.; DUCOING, C. C. The long run development of Chile and the Natural Resources curse: Linkages, Policy and Growth 1850?1950. *Natural Resources and Economic Growth: Learning from History*, [s. l.], p. 204-225, 2015.
- BAER, Werner. The Brazilian Economy: Growth and Development. [S. l.]: Bloomsbury Publishing PLC, 2001. 522 p.
- BIRDSALL, N.; PINCKNEY, T.; SABOT, R. Natural resources, human capital, and growth. *In*: AUTY, Richard M. Resource abundance and economic growth. New York: [s. n.], 2001. p. 57-75.
- BLOMSTRÖM, M.; MELLER, P. Diverging Paths: Comparing a Century of Scandinavian and Latin American Economic Development. Inter-American Development Bank, Washington, 1991.
- BOSCHINI, Anne D.; PETERSSON, Jan; ROINE, Jesper. The resource curse and its potential reversal. Department of Economics, Uppsala University, n. 17, 2012.
- BOSCHINI, Anne D.; PETERSSON, Jan; ROINE, Jesper. Resource curse or not: a question of appropriability. *Scandinavian Journal of Economic*, [s. l.], v. 109, ed. 3, p. 593-617, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. Parte III: Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. *In*: SOUSA, Cidoval Morais de; THEIS, Ivo Marcos; ALBINO, José Luciano. Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações). Campina Grande: EDUEPB, 2020. v. 1, cap. Celso Furtado e o processo de desenvolvimento-subdesenvolvido visto da periferia: estruturas, decisões e estratégias, p. 171-193. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/s5gx2/pdf/sousa-9786586221695.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRUNNER, José Joaquín. A transformação do ensino superior na América Latina: do acesso da elite à massificação e universalização. *In*: SCHWARTZMAN, Simon. A Educação Superior na América Latina e os desafios do século XXI. 1. ed. [S. l.]: Unicamp, 2015. p. 31-41.

BRUNNSCHWEILER, Christa N.; BULTE, Erwin H. The resource curse revisited and revised: a tale of paradoxes and red herrings.. *Journal of Environmental Economics and Management*, [s. l.], n. 55, p. 248-264, 2008.

BULMER-THOMAS, V. *The Economic History of Latin America since Independence*. Cambridge University Press, Cambridge, p. 506, 2003.

CAPPELEN, Ådne; MJØSET, Lars. Can Norway be a role model for natural resource abundant countries?. ? UNU ? World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER), [s. l.], ed. 23, 2009.

CARDOSO, José Luis. Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento. *In*: SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações). Campina Grande, 2020. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/s5gx2/pdf/sousa-9786586221695-18.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. SISTEMAS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: as implicações de política. São Paulo em Perspectiva, [s. l.], v. 19, ed. 1, p. 34-45, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/9V95npxV66Yg8vPJTpHfYh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2023.

CASTELLI, Jonattan Rodriguez; CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Instituições, Mudança tecnológica e crescimento econômico: uma aproximação das escolas evolucionárias Neoschumpeteriana e Neoinstitucionalista. *Revista De Empreendedorismo, Negócios e Inovação*, [s. l.], v. 1, ed. 2, p. 04-16, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/162/89>. Acesso em: 11 out. 2023.

CEPAL. Países da região devem fortalecer institucionalidade para maximizar contribuição de recursos naturais ao desenvolvimento. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/paises-da-regiao-devem-fortalecer-institucionalidade-para-maximizar-contribuicao-de>. Acesso em: 15 nov. 2023.

COCKX, Lara; FRANCKEN, Nathalie. Natural resources: A curse on education spending?. *Energy Policy*, Elsevier, v. 92, p. 394-408, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0301421516300672>. Acesso em: 4 nov. 2023.



CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, ed. 1, p. 77-106, 2002.

DUCOING, Cristián *et al.* Natural Resources Curse in the Long Run?: Bolivia, Chile and Peru in the Nordic Countries? *Mirror. Sustainability*, [s. l.], v. 10, ed. 4, p. 1-25, 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/4/965>. Acesso em: 28 out. 2023.

ENGERMAN, Stanley L.; MARISCAL, Elisa V.; SOKOLOFF, Kenneth L. The evolution of schooling institutions in the Americas, 1800-1925. *Human Capital and Institutions: A Long Run View*, UK, 2009.

FELIPE, Ednilson Silva. Schumpeter, os Neoschumpeterianos e as Instituições: o conceito e o papel numa economia dinâmica e globalizada. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, Niterói, p. 1-30, 2017. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/35%20Schumpeter,%20os%20Neoschumpeterianos%20e%20as%20Institui%20es%20o%20conceito%20e%20o%20papel%20numa%20economia%20din%20mica%20e%20globalizada.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

FRANKEMA, Ewout. The expansion of mass education in twentieth century Latin America: a global comparative perspective. *Revista de Historia Economica-Journal of Iberian and Latin American History*, [s. l.], ed. 27, p. 359-396, 2009.

FREEMAN, Chris. The national system of innovation in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, [s. l.], v. 19, ed. 1, p. 5-24, 1995. Disponível em: <https://academic.oup.com/cje/article-abstract/19/1/5/1708372>. Acesso em: 23 set. 2023.

FRISCHTAK, Claudio R.; BELLUZZO, Luiz G. de Mello. Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico: uma introdução. *In: BELLUZZO, Luiz G. de Mello; FRISCHTAK, Claudio R.; LAPLANE, Mariano. Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Economia*, 2014. p. 9-20. Disponível em: [https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/Producao\\_de\\_Commodities\\_e\\_Desenvolvimento\\_Economico.pdf](https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/Producao_de_Commodities_e_Desenvolvimento_Economico.pdf). Acesso em: 11 nov. 2023.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 243 p.

FURTADO, Celso. A invenção do subdesenvolvimento. *Revista de Economia Política*, [s. l.], v. 15, n. 58, ed. 2, p. 157-162, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/ftMYw7jqXv6tLRssKNBLv4y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 dez. 2023.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Globalização e mudanças na configuração espacial da economia mundial: uma visão panorâmica das últimas décadas. *Revista de Economia Contemporânea*, [s. l.], v. 11, ed. 1, p. 61-97, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Bx94vSSwdKzPJzRyPLRp7Vm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2023.

GYLFASON, Thorvaldur. Natural resources, education, and economic development. *European Economic Review*, [s. l.], v. 45, p. 847-859, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0014292101001271>. Acesso em: 11 nov. 2023.

HIRSCHMAN, A. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

HOBSBAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 6. ed. [S. l.]: Forense Universitária, 2011. 362 p.

KALDOR, N. *Further essays on applied economics*. London: Duckworth, 1978.

LEDERMAN, Daniel; MALONEY, William F. *Natural Resources: Neither curse nor destiny*. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2007. 396 p. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/350cd95f-bc46-57ae-9837-f06f3c28c82c/content>. Acesso em: 4 nov. 2023.

LOPES, Herton Castiglioni. O desenvolvimento econômico: uma proposta de abordagem teórica evolucionária e institucionalista. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 45, ed. 2, p. 377-400, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/ZgtjTFPv96vXNbq8Py9gdSf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2023.

LOPES, Wiama de Jesus Freitas; NETO, Antônio Cabral. Políticas educacionais na América Latina: uma reflexão sobre as suas diretrizes. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 58, ed. 56, p. 1-25, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eq/v58n56/1981-1802-eq-58-56-e21017.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2023.

MALONEY, William F. Are Natural Resources a Curse?: Lessons from History. *In*: LEDERMAN, Daniel; MALONEY, William F. *Resource Curse: Neither curse nor destiny*. [S. l.]: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2007. cap. Missed Opportunities: Innovation and Resource-Based Growth in Latin America. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/350cd95f-bc46-57ae-9837-f06f3c28c82c/content>. Acesso em: 4 nov. 2023.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. RECURSOS NATURAIS, NACIONALISMO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO. OIKOS, Rio de Janeiro, v. 12, ed. 2, p. 143-167, 2013. Disponível em: <https://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/344-798-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

MEHLUM, Halvor; MOENE, Karl; TORVIK, Ragnar. Institutions and the resource curse. *The Economic Journal*, [s. l.], ed. 116, p. 1-20, 2006.

NORTH, Douglass C. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, [s. l.], v. 5, ed. 1, p. 97-112, 1991.

OLIVEIRA, Juliano Diniz de. Introdução. *In*: OLIVEIRA, Juliano Diniz de. Ordem, Instituições e Governança: uma análise sobre o discurso do desenvolvimento no sistema ONU e a construção da ordem internacional. Orientador: Prof. José Maria Gomez. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p. 10. Disponível em: [https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812650\\_10\\_cap\\_01.pdf](https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812650_10_cap_01.pdf). Acesso em: 21 out. 2023.

ONU. Relatório da ONU mostra como a "armadilha" da dependência de commodities pode ser superada. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/134645-relat%C3%B3rio-da-onu-mostra-como-armadilha-da-depend%C3%A2ncia-de-commodities-pode-ser-superada>. Acesso em: 15 nov. 2023.

OXFORD DICTIONARY. Teleological adjective - Definition, pictures, pronunciation and usage notes |. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/teleological?q=teleological>. Acesso em: 7 dez. 2023.

PAMPLONA, João Batista; CACCIAMALI, Maria Cristina. O paradoxo da abundância: recursos naturais e desenvolvimento na América Latina. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 31, ed. 89, p. 251-270, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/xK7hXQp3KzFygdywnZgTR9L/?format=pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

PAMPLONA, João Batista; CACCIAMALI, Maria Cristina. A maldição dos recursos naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate. *Economia e Sociedade*, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 129-159, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/X6bNKwWQjB3HD8HMFTZcWTR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2023.

PEDROSA, Renato H. L. Inovação Tecnológica e a "Terceira Missão" das Universidades. *In*: SCHWARTZMAN, Simon. A Educação Superior na América Latina e os desafios do século XXI. [S. l.]: Unicamp, 2015. p. 109-152.

PEREZ, Carlota; MARIN, Anabel; NAVAS-ALEMAN, Lizbeth. The possible dynamic role of natural resource-based networks in Latin American development strategies. *In: DUTRÉNIT, Gabriela; SUTZ, Judith. Nacional Innovation Systems, Social Inclusion and Development. [S. l.]: Edward Elgar, 2014. cap. 13, p. 380-412.*

PLOEG, Friedrich van der. Natural resources: curse or blessing?. *Journal of Economic Literature*, [s. l.], v. 49, ed. 2, p. 366-420, 2011.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. *Estudo econômico da América Latina*, [s. l.], p. 71-136, 1949. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/219775/mod\\_resource/content/1/Prebish.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/219775/mod_resource/content/1/Prebish.pdf). Acesso em: 17 out. 2023.

QUEIROZ, Julia Mello de. Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergência no debate. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, ed. 9, p. 143-170, 2011. Disponível em: [http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011217390.CD9\\_artigo\\_6.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011217390.CD9_artigo_6.pdf). Acesso em: 23 set. 2023.

RANESTAD, Kristin. Multinational mining companies, employment and knowledge transfer: Chile and Norway from ca. 1870 to 1940. *Business History*, [s. l.], p. 1-25, 2020.

RANESTAD, Kristin. The mining sectors in Chile and Norway, ca. 1870?1940: The development of a knowledge gap. *Innovation and Development*, [s. l.], p. 147-165, 2017.

RATTNER, Henrique. Globalização: em direção a um mundo só?. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 9, ed. 25, p. 65-76, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/YfcFV5PRxty5vjRxTVZS8FC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2023.

RIVAS, Felipe. O financiamento da educação na América Latina: Pesquisas e estudos 2013-2019. *Estados da Arte, Escritório para a América Latina do Instituto Internacional de Planejamento Educacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*, p. 1-81, 2021. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef\\_000380346\\_por&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach\\_import\\_f024a011-0cd4-4eb2-9480-1729380fdf88%3F\\_%3D380346por.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf000380346\\_por/PDF/380346por.pdf#EA%20-%202021%20dic-0101%20FELIPE%20RIVAS%20-%20Portugues-2022.indd%3A.6696%3A981](https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_000380346_por&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_f024a011-0cd4-4eb2-9480-1729380fdf88%3F_%3D380346por.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf000380346_por/PDF/380346por.pdf#EA%20-%202021%20dic-0101%20FELIPE%20RIVAS%20-%20Portugues-2022.indd%3A.6696%3A981). Acesso em: 4 nov. 2023.

ROSS, Michael. The political economy of the resource curse. *World Politics*, [s. l.], ed. 51, p. 297-322, 1999.

SACHS, Jeffrey; WARNER, Andrew. Natural Resource Abundance and Economic Growth. Center for International Development and Harvard Institute for International Development, [s. l.], p. 1-50, 1997. Disponível em: <https://www.earth.columbia.edu/sitefiles/file/about/director/documents/NaturalResourceAbundanceandEconomicDevelopmentwithWarner-1997.pdf>. Acesso em: 4 out. 2023.

SAVOIA, Antonio. Do resource rich economies have better or worse human development outcomes?. OECD, 2021. Disponível em: <https://oecd-development-matters.org/2021/05/27/do-resource-rich-economies-have-better-or-worse-human-development-outcomes/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. [S. l.]: Nova Cultural, 1997. 242 p.

SCHWARTZMAN, Simon. A Educação Superior na América Latina e os desafios do século XXI. 1. ed. [S. l.]: Unicamp, 2015. 288 p.

SEBUDUBUDU, David; MOOKETSANE, Keneilwe. Why Botswana is a Deviant Case to the Natural Resource Curse. African Review, [s. l.], v. 43, ed. 2, p. 84-96, 2016.

SINGER, Hans. The distribution of gains between investing and borrowing countries. The American Economic Review, [s. l.], v. 40, ed. 2, p. 473-485, 1950.

STEVENS, Paul; DIETSCHKE, Evelyn. Resource curse: an analysis of causes, experiences and possible ways forward. Energy Policy, [s. l.], ed. 36, p. 56-65, 2008.

SUNKEL, O. El Presente Como Historia: Dos Siglos de Cambio y Frustración en Chile. Santiago: [s. n.], 2011. 319 p.

VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio Lourenço. Tipos de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. Revista de Economia Contemporânea, [s. l.], v. 18, ed. 2, p. 267-295, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/GzXNXQBDtbmqwVxhLRwY6Tj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2023.

WASQUES, Renato Nataniel; TRINTIN, Jaime Graciano. ?Doença Holandesa?: aspectos teóricos e evidências empíricas para a economia brasileira. Revista de Estudos Sociais, [s. l.], v. 20, ed. 41, p. 1-27, 2018. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/a50c/b7cffc0bdf6a67bdd727c1430b503ac69ca7.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

WILLIAMSON, Jeffrey G. Industrial Catching Up in the Poor Periphery 1870-1975. National Bureau of Economic Research, [s. l.], 2011.

WRIGHT, Gavin; CZELUSTA, Jesse. Resource-based economic growth, past and present. Stanford: Stanford University, 2002.

WRIGHT, Gavin; CZELUSTA, Jesse. The Myth of the resource curse. Challenge, [s. l.], v. 47, ed. 2, p. 6-38, 2004.

ZULIAN, Aline. Indivíduos, instituições e tecnologias: uma interpretação vebleniana para o desenvolvimento. Orientador: Octavio Augusto Camargo Conceição. 2022. 152 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/236874/001139205.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ZULIAN, Aline; FEISTEL, Paulo Ricardo; MARIN, Solange Regina. Indivíduos, instituições e desenvolvimento econômico. Revista Economia & Tecnologia, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 61-69, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/download/35203/25127>. Acesso em: 7 dez. 2023.